

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA  
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL

ENI MARIA DUTRA DE SOUZA

**IMEPP – Instituto Médico Psicopedagógico e a PNAS em Juiz de Fora**

JUIZ DE FORA  
2024

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA  
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL

ENI MARIA DUTRA DE SOUZA

**IMEPP – Instituto Médico Psicopedagógico e a PNAS em Juiz de Fora**

Trabalho de conclusão de Curso  
apresentado ao curso de Serviço Social  
da Universidade Federal de Juiz de Fora,  
como requisito parcial para obtenção do  
título de Bacharelado em Serviço Social,  
sob orientação da Prof. Dra. Alexandra  
Aparecida Leite Toffanetto Seabra Eiras

JUIZ DE FORA  
2024

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Dutra de Souza, Eni Maria.

IMEPP – Instituto Médico Psicopedagógico e a PNAS em Juiz de Fora / Eni Maria Dutra de Souza. -- 2025.

51 p.

Orientadora: Alexandra Aparecida Leite Toffanetto Seabra Eiras  
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Serviço Social, 2025.

1. Serviço Social. 2. Políticas Públicas. 3. Instituto Médico Psicopedagógico. 4. Organizações da Sociedade Civil. 5. Direitos Sociais. I. Aparecida Leite Toffanetto Seabra Eiras, Alexandra, orient. II. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

FORMULÁRIO DE APROVAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO

Discente	Eni Maria Dutra de Souza
Matrícula Discente	201668050
Título do TCC	IMEPP – Instituto Médico Psicopedagógico e a PNAS em Juiz de Fora
Natureza do trabalho	Trabalho de conclusão de curso
Curso	Serviço Social
Orientador(a)	Alexandra Aparecida Leite Toffanetto Seabra Eiras
Coorientador (se houver)	n/a
Data da aprovação	03/02/2025
Nome, titulação d[REDACTED]s(as) componentes da banca	Dra. Ana Maria Ferreira e Ma. Nanci Lagioto Hespanhol

Aprovo a versão final do Trabalho de Conclusão de Curso do(a) discente acima designado(a), com a alteração do título para IMEPP – Instituto Médico Psicopedagógico e a PNAS em Juiz de Fora e adequações textuais sugeridas pela banca.

Juiz de Fora, 06 de fevereiro de 2025



Documento assinado eletronicamente por **Alexandra Aparecida Leite Toffanetto Seabra Eiras, Professor(a)**, em 06/02/2025, às 14:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf ([www2.ufjf.br/SEI](http://www2.ufjf.br/SEI)) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **2214355** e o código CRC **259FC47C**.



## UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

### ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO

#### GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

Formato da Defesa: (X) presencial ( ) virtual ( ) híbrido

Ata da sessão (X) pública ( ) privada referente à defesa do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **IMEPP Instituto Médico Psicopedagógico: espaço sócio-ocupacional para o Serviço Social**, para fins de obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social, pelo(a) discente Eni Maria Dutra de Souza (matrícula 201668050), sob orientação da Prof.<sup>(a)</sup> Dr<sup>(a)</sup> Alexandra Aparecida Leite Toffanetto Seabra Eiras, na Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Aos 30 dia do mês de janeiro do ano de 2025, às 10 horas, na sala 9 da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), reuniu-se a Banca examinadora, composta pelos seguintes membros:

Titulação	Nome	Na qualidade de:
Dra	Alexandra Aparecida Leite Toffanetto Seabra Eiras	Orientadora
Dra	Ana Maria Ferreira	Membro da Banca
Ma	Nanci Lagioto Hespanhol	Membro da Banca

### AVALIAÇÃO DA BANCA EXAMINADORA

Tendo o(a) senhor(a) Presidente declarado aberta a sessão, mediante o prévio exame do referido trabalho por parte de cada membro da Banca, o(a) discente procedeu à apresentação de seu Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação e foi submetido(a) à arguição pela Banca Examinadora que, em seguida, deliberou sobre o seguinte resultado:

(X) APROVADO

( ) REPROVADO, conforme parecer circunstanciado, registrado no campo Observações desta Ata e/ou em documento anexo, elaborado pela Banca Examinadora

Nota: 70,0 (setenta)

Observações da Banca Examinadora caso haja necessidade de anotações gerais sobre o Trabalho de Conclusão de Curso e sobre a defesa, as quais a banca julgue pertinentes.

A banca avaliou que o trabalho atende aos critérios para aprovação, com limitações identificadas pelas docentes e expostas nos comentários realizados no dia 30 de janeiro. Em síntese, o TCC evidencia um tratamento descritivo dos dados referentes à atuação e ao atendimento socioassistencial realizado pelo IMEPP, em Juiz de Fora, com uma boa lógica na organização das informações e em sua apresentação. Contudo, não realiza análise das informações

em seu conjunto e evidencia limites de apropriação do referencial teórico e de sua articulação com os dados organizados e expostos no TCC.

Nada mais havendo a tratar, o(a) senhor(a) Presidente declarou encerrada a sessão de Defesa, sendo a presente Ata lavrada e assinada pelos(as) senhores(as) membros da Banca Examinadora e pelo(a) discente, atestando ciência do que nela consta.

#### INFORMAÇÕES

**Para fazer jus ao título de bacharel, a versão final do Trabalho de Conclusão de curso, considerado Aprovado, devidamente conferida pela Secretaria do Curso de Serviço Social, deverá ser tramitada para o Repositório Institucional, dentro do prazo de 72 horas da realização da banca.**

Juiz de Fora, 30 de janeiro de 2025.

#### Assinatura digital dos membros da Banca Examinadora



Documento assinado eletronicamente por **Alexandra Aparecida Leite Toffanetto Seabra Eiras, Professor(a)**, em 31/01/2025, às 17:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria Ferreira, Professor(a)**, em 31/01/2025, às 17:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nanci Lagioto Hespanhol Simões, Usuário Externo**, em 05/02/2025, às 15:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **ENI MARIA DUTRA DE SOUZA, Usuário Externo**, em 05/02/2025, às 16:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf ([www2.ufjf.br/SEI](http://www2.ufjf.br/SEI)) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **2214354** e o código CRC **C5E941F3**.

## **AGRADECIMENTOS**

A realização deste Trabalho de Conclusão de Curso só foi possível graças ao apoio e incentivo de diversas pessoas, às quais dedico meu mais sincero agradecimento.

Primeiramente, agradeço à minha orientadora, Prof.<sup>a</sup> Dra. Alexandra Aparecida Leite Toffanetto Seabra Eiras, por sua paciência, dedicação e orientação ao longo deste processo. Seu conhecimento e suas valiosas considerações foram fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho. Agradeço também pelo incentivo e pelas palavras de motivação que me impulsionaram a superar os desafios encontrados.

À banca examinadora, composta por, Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ana Maria Ferreira Mestra e doutoranda em Serviço Social, Nanci Lagioto Hespanhol, agradeço por terem aceitado participar deste momento tão importante e por estarem dispostos a contribuir para o aprimoramento deste trabalho.

Por fim, expresso minha gratidão a todas as pessoas que, direta ou indiretamente, contribuíram para a conclusão deste trabalho.

## RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso aborda o Instituto Médico Psico Pedagógico (IMEPP) e sua relação com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), considerando-o como um espaço sócio-ocupacional para o Serviço Social em Juiz de Fora – MG. O IMEPP atua como uma Organização da Sociedade Civil (OSC), oferecendo serviços socioassistenciais a pessoas com deficiência e suas famílias. A pesquisa discute a relação entre o Estado, as políticas públicas e o papel das ONGs no contexto neoliberal, que transfere responsabilidades sociais para o Terceiro Setor. Por meio de um levantamento documental, foram analisados os desafios enfrentados pela instituição, como a alta demanda, a limitação de recursos e a dependência de parcerias com o poder público. A atuação do IMEPP evidencia sua relevância no atendimento a populações vulneráveis, destacando-se na promoção da inclusão, autonomia e fortalecimento social. No entanto, ressalta-se a necessidade de superar práticas assistencialistas e fortalecer a articulação com políticas públicas que assegurem direitos sociais de forma ampla e sustentável. Este estudo reforça a importância do Serviço Social em espaços como o IMEPP, que desempenham um papel fundamental na defesa de direitos e no fortalecimento da rede de proteção social.

**Palavras-chave:** Serviço Social, Políticas Públicas, Instituto Médico Psicopedagógico, Organizações da Sociedade Civil, Direitos Sociais.



## **ABSTRACT**

The present Final Course Assignment addresses the Instituto Médico Psico Pedagógico (IMEPP) and its relationship with the National Social Assistance Policy (PNAS), considering it as a socio-occupational space for Social Work in Juiz de Fora – MG. IMEPP operates as a Civil Society Organization (OSC), providing social assistance services to people with disabilities and their families. The research discusses the relationship between the State, public policies, and the role of NGOs in the neoliberal context, which shifts social responsibilities to the Third Sector. Through a documentary survey, the challenges faced by the institution were analyzed, such as high demand, limited resources, and dependence on partnerships with the public sector. IMEPP's work highlights its relevance in serving vulnerable populations, standing out in promoting inclusion, autonomy, and social empowerment. However, the need to overcome assistentialist practices and strengthen coordination with public policies that ensure social rights in a broad and sustainable manner is emphasized. This study reinforces the importance of Social Work in spaces like IMEPP, which play a fundamental role in defending rights and strengthening the social protection network.

**Keywords:** Social Work, Public Policies, Instituto Médico Psicopedagógico, Civil Society Organizations, Social Rights.

## **LISTA DE TABELAS**

TABELA 1: ATENDIMENTO SOCIOASSISTENCIAL NO ANO DE 2023	32
TABELA 2 - ATENDIMENTO SOCIOASSISTENCIAL	34
TABELA 3 - ESCOLARIDADE DOS USUÁRIOS ATENDIDOS NO ANO DE 2023.	34
TABELA 4 - ENCAMINHAMENTO DAS FAMÍLIAS E USUÁRIOS PARA SERVIÇOS E REDES DIVERSOS	40
TABELA 5 - QUANTITATIVO DE FAMÍLIAS E BENEFÍCIOS	42
TABELA 6 - NÚMEROS TOTAIS DE ATENDIMENTOS EM 2023	43
TABELA 7 - NÚMEROS DE PROCEDIMENTOS DE REGISTROS E AÇÕES	44

## **SIGLAS**

- BPC - Benefício de Prestação Continuada
- CRAS - Centro de Referência de Assistência Social
- CREAS - Centro de Referência Especial de Assistência Social
- IMEPP - Instituto Médico Psicopedagógico
- LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social
- ONGs - Organização Não Governamental
- PBF - Programa Bolsa Família
- PNAS - Política Nacional de Assistência Social

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1. ESTADO, POLÍTICAS PÚBLICAS E ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS	15
2. POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM JUIZ DE FORA E A ATUAÇÃO DO IMEPP	24
2.1. A ATUAÇÃO DO IMEPP EM JUIZ DE FORA	27
CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
BIBLIOGRAFIA	48

## INTRODUÇÃO

Minha inserção no estágio no Instituto Médico Psico Pedagógico (IMEPP) foi marcada por uma combinação de entusiasmo, aprendizado e desafios enriquecedores. A escolha pelo IMEPP ocorreu devido à sua reconhecida atuação no atendimento socioassistencial a pessoas com deficiência e suas famílias, além de sua contribuição como espaço sócio-ocupacional para profissionais do Serviço Social e outras áreas. O interesse em compreender de forma concreta a articulação entre o Terceiro Setor e as políticas públicas foi um fator determinante para essa decisão.

Ao longo do estágio, participei de atividades como levantamento documental, análise de perfis socioeconômicos dos usuários, elaboração de relatórios e acompanhamento de atendimentos realizados por assistentes sociais. Essas experiências permitiram que eu desenvolvesse competências práticas e teóricas, especialmente no que diz respeito à Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Um dos principais desafios enfrentados foi compreender a complexidade das demandas apresentadas pelos usuários e a articulação do IMEPP com as políticas públicas. Contudo, com o suporte da equipe técnica, consegui desenvolver uma compreensão crítica sobre o papel das organizações da sociedade civil no contexto neoliberal, aprofundando minha análise sobre o impacto da privatização na assistência social.

O objetivo é apresentar as especificidades da instituição no atendimento às demandas sociais locais, analisando sua articulação com o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e sua contribuição para o fortalecimento da rede socioassistencial, destacando suas práticas e desafios.

Assim, o interesse pelo tema que permeia esse Trabalho de Conclusão de Curso surgiu em diálogo com a minha experiência de inserção em uma Organização Não-Governamental, na área de Assistência Social, em Juiz de Fora, no período de **2023 a 2024**. Assim, apresento reflexões motivadas pelas observações e elaborações

que fiz, na condição de estagiária de Serviço Social, no Instituto Médico Psico Pedagógico (IMEPP).

Com teor introdutório, verifica-se que o presente Trabalho de Conclusão de Curso tem como objeto de reflexão a experiência vivenciada em uma Organização da Sociedade Civil (IMEPP), situada em Juiz de Fora, que se dedica ao atendimento de pessoas com deficiência e seus familiares. Além disso, a instituição funciona como um espaço sócio-ocupacional para profissionais como assistentes sociais, psicólogos, educadores sociais e pedagogos, entre outros.

Sem prejuízos, discorre-se que as transformações no mercado e na sociedade brasileira verificadas nas últimas décadas conduziram a uma redistribuição dos papéis dos atores sociais responsáveis pela prestação de serviços sociais, na qual as Organizações Não Governamentais, enquanto parte da sociedade civil, passaram a assumir novas responsabilidades anteriormente atribuídas ao Estado.

Em parte, verifica-se o fato de que o crescimento de organizações da sociedade civil verificado desde os anos 1970 foi exorbitante, cujos programas objetivam atender necessidades básicas da população usuária de seus serviços. Nesse sentido, o Estado estabelece a chamada 'cooperação', entendida como uma colaboração entre o poder público e a sociedade civil, convocando a sociedade e incentivando a participação dos atores sociais na execução e no financiamento de projetos e programas que contribuam para a construção de uma sociedade com maior equidade, focando os recursos em áreas onde a população é considerada de risco.

Nesse período, nos países centrais do capitalismo, houve o ataque contra o ideário do Estado de Bem-Estar Social, a partir do avanço da estratégia neoliberal e de sua ofensiva contra os interesses das classes trabalhadoras. A ideologia de bem-estar social tão propalada por organismos como a ONU<sup>1</sup> (Organização das Nações Unidas) e a OEA<sup>2</sup> (Organização dos Estados Americanos), foi afetada por esse processo de

---

<sup>1</sup> **ONU** – Organização das Nações Unidas. Criada em 1945, reúne 193 países membros com o objetivo de promover a paz, a segurança e a cooperação internacional. Atua em áreas como direitos humanos, desenvolvimento sustentável e ajuda humanitária, coordenando organismos como a OMS (Organização Mundial da Saúde) e a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura).

<sup>2</sup> **OEA** – Organização dos Estados Americanos. Fundada em 1948, é composta por 35 países das Américas e tem como missão promover a democracia, os direitos humanos, a segurança e o desenvolvimento regional. Atua por meio de órgãos como a Comissão Interamericana de Direitos

alteração na correlação de forças sociopolíticas, sobretudo na relação entre os dois grandes projetos societários existentes, capitalismo e socialismo (Eiras, 2024).

Esse contexto impacta a transferência de responsabilidades sociais do Estado para a sociedade civil e o aumento de financiamentos internacionais, favorecendo a criação de ONGs voltadas para suprir lacunas em áreas como saúde, educação e assistência social. Nesse sentido, Montañó (2002) e Behring (2007) alertam que essa proliferação reforçou as práticas assistencialistas e intensificou a desresponsabilização estatal, sobretudo em países periféricos ao capitalismo central, ou em países tidos como em desenvolvimento, como o Brasil.

No Brasil, a estratégia neoliberal não foi implementada temporalmente em consonância com os países centrais. Isso ocorreu, principalmente, pelo processo de efervescência social e lutas político-sociais em prol da redemocratização, em oposição à ditadura civil-militar, em nosso país. Tais processos ocorreram desde a segunda metade da década de 1970 e se desdobraram ao longo da década seguinte, tendo como marco relevante a aprovação da nova Constituição Federal do Brasil, em 05 de outubro de 1988.

Ademais, com a Constituição cidadã de 1988, tem-se garantia dos direitos sociais, e a afirmação de políticas públicas, tais como a de Assistência Social (regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social, em 1993), todos voltados à população, conquistando com isso seu reconhecimento social e político.

No contexto brasileiro, a Constituição de 1988 e a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) aprovada em 2004 reconhecem a assistência social como direito do cidadão e dever do Estado. Contudo, a colaboração estabelecida entre o Estado e as organizações da sociedade civil, implementada desde o governo de Fernando Henrique Cardoso (1994-1998, 1998-2002), favoreceu a expansão desses serviços através das ONGs, alinhando-se nitidamente à estratégia neoliberal e suas restrições orçamentárias no âmbito das políticas sociais diretamente vinculadas ao Estado. Todavia, a atuação das ONG 's, muitas vezes sem o financiamento e controle

---

Humanos (CIDH) e utiliza instrumentos como a Carta Democrática Interamericana para reforçar o compromisso com a governança democrática.

necessários, coloca em risco a qualidade dos serviços prestados, ao reproduzir práticas assistencialistas.

A estratégia neoliberal envolve o corte de gastos sociais, o desmonte das políticas públicas, o incentivo à mercantilização da coisa pública, a privatização de serviços sociais coletivos, como a saúde, (Netto in Montaño; 2002), chama à atenção para a privatização na política de assistência, ao ser a prestação desta, transferida para a alçada da sociedade civil, formando redes de proteção social ou de solidariedade social.

Porém, o incentivo às parcerias entre o Estado e as ONGs fortalece a desresponsabilização estatal na assistência social, resultando na retomada de práticas filantrópicas tradicionais (Iamamoto apud Montaño, 2002). Segundo Montaño (2002), embora o Terceiro Setor amplie o campo de trabalho para o Serviço Social, ele também evidencia a fragilidade das políticas sociais no Brasil, ao transferir responsabilidades públicas para a sociedade civil. Apesar de gerar oportunidades profissionais, a atuação das ONGs muitas vezes se restringe a respostas emergenciais, tornando fundamental reavaliar seu papel e o do Estado para garantir uma articulação eficaz e sustentável no atendimento às demandas sociais.

Deste modo, as entidades da sociedade civil se apresentam como espaços potenciais para a ação dos Assistentes Sociais onde eles são desafiados a construir, dinamicamente e efetivamente um perfil técnico, teórico e político capaz de responder às reais demandas sociais num contexto de constantes mudanças e limitações. Por essa razão, o papel das Ong 's precisa ser analisado criticamente a fim de propor ações que atendam, desafiem e comprometam o poder público no seu dever de prover políticas sociais públicas, para garantir qualidade no serviço e atendimentos através do controle que contam com a participação da população usuária. Nesse sentido, torna-se importante considerar os desafios e limites impostos aos profissionais de diversas áreas no atual contexto de hegemonia da estratégia neoliberal.

Sabe-se, pois, que as ONGs são caracterizadas como entidades sem fins lucrativos, que incluem associações e fundações, podendo ser reconhecidas ou não pelos órgãos governamentais em diferentes níveis — municipal, estadual ou federal, e tais organizações têm como principal característica a atuação parcialmente



independente, pois, na maioria das vezes, visam estabelecer parcerias e receber apoio público ou privado para suas iniciativas, no intuito de manter a sua existência e a oferta dos serviços.

De acordo com Carvalho (2002), as ONGs atravessaram uma nova fase a partir dos novos movimentos sociais que emergiram nas décadas de 1970 e 1980. Esses movimentos representaram grupos historicamente marginalizados, como negros, mulheres, pessoas com deficiência e povos indígenas, que lutaram contra problemas sociais graves, como fome e miséria. Nesse contexto, as ONGs não apenas se consolidaram como agentes de transformação social, mas também ampliaram seu campo de atuação.

Elas frequentemente operam em áreas negligenciadas pelo Estado, desenvolvendo projetos que podem variar de ações emergenciais a iniciativas mais estruturantes. Muitas vezes, esses projetos surgem de demandas sociais não atendidas pelas políticas públicas e refletem uma tentativa de complementar ou suprir lacunas deixadas pelo poder público. Assim, as ONGs desempenham um papel relevante, em prol da autonomia dos indivíduos e comunidades atendidas, mas também enfrentam o desafio de não reproduzir práticas assistencialistas, conforme, (BEHRING, 1997, p. 45; MONTANO, 2002, p. 112).

Outrossim, a relação entre o Estado, a política de assistência social e as ONG 's têm se modificado ao longo dos anos. Atualmente, as legislações privilegiam as denominações Organização da Sociedade Civil (OSC)<sup>3</sup> ou Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP)<sup>4</sup>, mas, no contexto de implementação das estratégias neoliberais, que enfatizaram a desresponsabilização estatal e a transferência de ações para as organizações da sociedade civil, a nomenclatura corrente foi a de ONG 's. Neste sentido, parte da bibliografia utilizada neste trabalho, refere-se ao papel das ONG 's no contexto dos anos 1990, Montaño (2002), Martinelli (2001) e Behring (2007).

---

<sup>3</sup> **OSC** – Organização da Sociedade Civil. Entidade sem fins lucrativos que atua em diversas áreas de interesse público, promovendo cidadania e justiça social.

<sup>4</sup> **OSCIP** – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público. Tipo específico de OSC, regulamentado pela Lei nº 9.790/1999, que pode firmar parcerias com o Estado e obter benefícios fiscais.

Por sua vez, este trabalho dedica-se à reflexão a partir da inserção no Instituto Médico Psico Pedagógico (IMEPP). O IMEPP enquanto uma organização da sociedade civil, se insere nesse contexto de parceria com o Estado, cumprindo uma função de atendimento especializado a pessoas com deficiência e suas famílias. Ao articular seus serviços com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), o IMEPP busca ser uma resposta eficaz às lacunas deixadas pelo poder público. Contudo, como as demais OSCs, o IMEPP também enfrenta o desafio de não se limitar a práticas assistencialistas e de trabalhar na promoção da autonomia e de certo empoderamento das populações atendidas.

O IMEPP, ao se articular com as políticas públicas e ao colaborar com o poder público, também contribui para o fortalecimento do controle social no âmbito da política de assistência social. Sua atuação busca garantir serviços de qualidade, mas, para tanto, necessita de recursos e financiamento adequado. Dessa forma, o IMEPP almeja o fortalecimento da rede socioassistencial, com o compromisso de cobrar do Estado o cumprimento de suas obrigações na promoção dos direitos sociais.

Assim, o IMEPP, uma ONG fundada nos anos 1972, buscou atender a uma demanda social relevante, que não era parte da prioridade social no município, e nem mesmo no Brasil. Com a estruturação da Política Nacional de Assistência Social (2004, 2005, 2009) e sua implementação e desenvolvimento em Juiz de Fora, o

O IMEPP tem sido reconhecido como uma instituição que compõem os serviços da rede socioassistencial voltados para as demandas das pessoas com deficiência, dando suporte aos seus familiares, dentro dos limites de recursos dos quais dispõe para atuar.

Essa condição que afeta o IMEPP também atravessa as demais OSCs, em Juiz de Fora, e no Brasil, uma vez que a estratégia de desresponsabilização estatal em relação aos serviços prestados no âmbito das políticas sociais persistiu, inclusive em governos mais progressistas, que também não priorizaram as condições para a oferta completa desses serviços, seja no âmbito da saúde, educação ou na assistência social. Assim, convive-se com uma demanda social que não encontra solução de

atendimento completo nos serviços de acesso público existentes, nessa relação público-privada que se expressa na parceria entre Estado e OSCs.

Deste modo, no capítulo 1 apresento os conceitos fundamentais relacionados ao Estado, às políticas públicas e às Organizações Não Governamentais (ONGs), destacando o papel dessas entidades no contexto das transformações neoliberais e das mudanças na relação entre o Estado e a sociedade civil, em nosso país. Essa análise será baseada em referenciais teóricos que sustentam a compreensão do papel das ONGs na prestação de serviços sociais em um cenário de implementação da estratégia neoliberal, de desresponsabilização estatal em relação às políticas públicas.

No capítulo 2, será apresentado um panorama da Política de Assistência Social em Juiz de Fora e a atuação do IMEPP enquanto Organização Não Governamental/OSC. Neste capítulo, utilizo os dados do Relatório Mensal Anual (RMA)<sup>5</sup> de 2023 alimentados pelo IMEPP, mediante autorização da instituição para sua análise neste trabalho.

Finalizo o trabalho com reflexões sobre a relevância do IMEPP como espaço sócio-ocupacional, ressaltando a necessidade de superar práticas assistencialistas e de ampliar o escopo de atendimento no âmbito das políticas sociais para garantir uma assistência social de qualidade, equitativa e inclusiva, o que implicaria em avançar na oferta de serviços públicos para um acesso pleno dos usuários que deles necessitam.

---

<sup>5</sup> **RMA** – Relatório Mensal Anual. Documento que compila as atividades e resultados do IMEPP ao longo do ano, avaliando a eficiência dos serviços prestados a pessoas com deficiência e suas famílias, em conformidade com as diretrizes do SUAS e da PNAS.

## **1. ESTADO, POLÍTICAS PÚBLICAS E ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS**

Adentrando-se ao desenvolvimento, é importante destacar que, no Brasil, o ideário neoliberal teve suas primeiras manifestações tardiamente, no final dos anos 1980 e início dos anos 1990, afirmando-se como um projeto hegemônico. Neste período, fora proposto pelo governo um plano de desregulamentação da economia no âmbito das relações mercantis, privatização de empresas estatais, diminuição do gasto público, reformas administrativas, liberalização do comércio exterior e cortes profundos no orçamento das políticas sociais.

Sem delongas, frisa-se também que o ajuste neoliberal no Brasil contribuiu para a precarização da situação social, desemprego, baixos salários, pauperização e precarização das políticas públicas, agravando a situação da população, sendo que os pobres ficaram ainda mais pobres. Assim sendo, nota-se que as políticas sociais neste contexto não foram capazes de mudar o quadro de pobreza e exclusão, mas contribuíram para gerar novas formas de desigualdade social, agravando ainda mais as expressões da questão social.

Nesse contexto, torna-se importante destacar a análise realizada por Behring (2007) acerca das políticas sociais no Brasil, tendo em vista que a autora aponta as consequências desse ajuste para as políticas sociais brasileiras, que possuem particularidades. Destaca-se que a configuração das políticas sociais ocorreu de forma gradual e diferenciada em cada país, dependendo dos movimentos, organização e pressão da classe trabalhadora, do grau de desenvolvimento das forças produtivas e das correlações de forças na esfera do Estado. Diante disso, frisa-se que tais políticas se generalizaram formando medidas anticíclicas no âmbito das sociedades capitalistas, sendo resultados de um pacto social entre as classes.

Com efeito, nos anos de 1980 e 1990, Carvalho (2002) destaca o surgimento de novos movimentos sociais no Brasil, marcados pela luta da garantia do direito de se ter direitos, concretizados na Constituição Cidadã de 1988, marcando uma nova forma de participação democrática no Brasil. Nesta Constituição foi afirmado o tripé da

Seguridade Social composta pela Saúde, Assistência Social e Previdência Social, afirmando os direitos sociais, humanos e políticos, se opondo à desigualdade social. Não obstante também é preciso frisar que a Constituição manteve traços conservadores, como as medidas provisórias (usadas de modo clientelista), de caráter compensatório, seletivo, fragmentado e setorizado, segundo Behring (2007), a Constituição não atendeu plenamente aos interesses da classe trabalhadora, expressou a tensão entre os interesses que permearam a sua elaboração, perpetuando algumas concepções das elites brasileiras.

Continuamente, discute-se que, no processo de redemocratização do Brasil, as políticas sociais foram orientadas pelos princípios da universalização, buscando a ampliação dos direitos assegurados na Constituição Federal de 1988. Contudo, no âmbito da Seguridade Social - o tripé Saúde, Assistência Social e Previdência Social, evidencia distintos modos de implementação e de acesso. A saúde, através da constituição do Sistema Único de Saúde, garantiu o acesso universal. Já a Previdência Social constitui uma política contributiva, não obstante tenha havido avanços significativos para o acesso dos trabalhadores rurais, dispensando o recolhimento de contribuição. Todavia, a Política Nacional de Assistência Social (PNAS)<sup>6</sup> não é universal no sentido de ser um direito garantido a todos os cidadãos, como a saúde e a educação. Diferente do Sistema Único de Saúde (SUS), a Assistência Social no Brasil é seletiva e direcionada a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade e risco social, priorizando aqueles que realmente necessitam do serviço para garantir sua proteção social. Isso significa que a PNAS segue o princípio da universalização dos direitos sociais, mas sua oferta é focalizada, conforme os critérios estabelecidos pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Contudo, o avanço do ideário neoliberal dificultou a implementação efetiva dos princípios democráticos e dos direitos sociais, além de ter gerado, como afirma Soares (2000), um Estado de mal-estar social, marcado pelo desmonte dos aparatos públicos

---

<sup>6</sup> **PNAS** – Política Nacional de Assistência Social. Instituída em 2004, organiza a Assistência Social no Brasil com base no SUAS, garantindo proteção a indivíduos e famílias em vulnerabilidade. Apesar de seguir o princípio da universalização dos direitos sociais, sua oferta é seletiva, priorizando aqueles em situação de risco social.

de proteção. incluindo a privatização da previdência social, a redução da cobertura de benefícios e a exclusão daqueles que não podem arcar com os custos dos serviços. Dessa forma, a população anteriormente assistida pelas políticas públicas passa a ser desassistida pelo Estado, intensificando as desigualdades sociais.

Nesta conjuntura,

As ONGs emergem como uma das expressões mais evidentes do novo padrão de regulação social do capitalismo neoliberal. Elas substituem ou complementam a ação pública estatal, atuando, muitas vezes, com recursos privados ou parcerias público-privadas, em um contexto de redução de direitos universais e de privatização das políticas sociais. (MONTAÑO, 2002, p. 85).

Outrossim, destaca-se que o Estado neoliberal instaurado no Brasil acabou reduzindo a qualidade e quantidade dos serviços prestados, excluindo a população mais necessitada dos serviços, a saúde, educação, trabalho e assistência social, perdendo neste contexto a condição de direitos que se metamorfoseou em mercadoria. Destarte, com a retirada do Estado, ocorre o que Iamamoto (2005) denomina de práticas assistencialistas das políticas sociais a qual leva a população a ficar entregue à própria sorte, ou a uma rede comunitária de solidariedade.

Sem prejuízos, há de se observar que Behring (2007) destaca o caráter regressivo das políticas sociais, o esvaziamento orçamentário dos serviços, descentralização dos serviços sociais, transferência de responsabilidade para os estados e municípios, determinando a privatização total ou parcial dos serviços. As condições em comento favorecem aqueles que podem pagar e criam serviços de baixa qualidade para quem demanda serviços públicos e gratuitos.

Sendo assim, constata-se que a autora destaca também a focalização, na qual os serviços passam a ser direcionados exclusivamente aos considerados pobres e o retorno à família e às ONGs, as quais se tornam agentes do bem-estar social e os serviços se apresentam como ineficazes ou inexistentes. Nesse sentido, tem-se a percepção de que:

[...], a questão social passa a ser objeto de ações filantrópicas e de benemerência deixando de ser responsabilidade do Estado. As “redes” de proteção devem ser “comunitárias” e “locais”. As políticas sociais passam a ser substituídas por “programas de combate à pobreza” que tratam de [...], “minimizar” os efeitos do ajuste sobre os “mais pobres” ou os “mais frágeis”. (Soares, 2003 p.27).

Em parte, comenta-se que Montañó (2001) afirma que a retração do Estado na área social seja acompanhada pelo aumento absurdo da atividade da sociedade civil (organizada ou não), tendo em vista que as ONGS neste contexto exercem papel ideológico e funcional ao reforçarem os interesses capitalistas no processo de reestruturação do capital. Neste contexto, o Estado se desresponsabiliza e compartilha com as ONGs a responsabilidade de responder às expressões da questão social, ao lado das organizações filantrópicas, beneficentes, voluntárias, institutos, associações, entre outras.

Em Juiz de Fora, as Organizações da Sociedade Civil (OSC) e as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) desempenham papéis essenciais em áreas como saúde, educação, cultura e assistência social, complementando as políticas públicas e promovendo a cidadania. As OSC, regulamentadas pela Lei nº 13.019/2014, são entidades privadas sem fins lucrativos que realizam atividades de interesse público, enquanto as OSCIP, regulamentadas pela Lei nº 9.790/1999, possuem requisitos formais que permitem parcerias mais estruturadas com o Estado.

O IMEPP é uma OSC que atua em Juiz de Fora, que presta serviços socioassistenciais a pessoas com deficiência e suas famílias, alinhando-se às diretrizes do SUAS e à Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. Apesar de enfrentar desafios como dependência de financiamento público e alta demanda, sua atuação é essencial para fortalecer a cidadania e garantir transparência nas parcerias com o poder público.

De modo generalizado, frisa-se que a sociedade civil seja convocada a participar do controle social e da gestão dos serviços sociais valorizando-se com isso as iniciativas voluntárias assentadas em uma nova divisão social do bem estar induzida pelo ideário neoliberal. Noutro sentido, há de se observar que, segundo Montañó (2001), o número de ONGS parceiras do Estado aumentou consideravelmente. Assim, o autor afirma ainda que:

[...] a função das “parcerias” entre Estado e as Ongs não é a de “compensar”, mas a de encobrir e a de gerar a aceitação da população a um processo que, como vimos, tem clara participação na estratégia atual de reestruturação do capital. É uma função ideológica. (Montaño, p. 224, 2001).

Certamente, corrobora-se o discurso de que um Estado falido, daí a necessidade de transferência de suas responsabilidades para um outro setor considerado mais eficiente, o chamado Terceiro Setor. Sobre isso, Montaño (2001) argumenta que essa ação oculta as contradições do sistema capitalista e a perda de direitos garantidos pela Constituição de 1988.

Logo, ocorre o que Yazbek (2006) também denomina de retorno à lógica assistencialista da Assistência Social, marcando a inviabilidade da Seguridade Social pública.

Para Montaño (2008), o crescimento das ONGs fora impulsionado também pela mudança de orientação dos doadores internacionais, que passaram a direcionar recursos para essas organizações, bem como pela criação de um grande número de ONGs cujo objetivo principal seja prospectar recursos e gerar empregos, bem como atender as populações de baixa renda, oferecendo projetos de qualificação para a inserção no mercado de trabalho.

De outra menção, discorre-se que Montaño (2002) critica o Terceiro Setor como uma resposta neoliberal à crise do Estado de bem-estar social, marcada pela transferência de responsabilidades públicas para ONGs. Para ele, o assunto em menção reflete a desresponsabilização estatal, com as ONGs atuando de forma paliativa, sem enfrentar as causas estruturais dos problemas sociais.

Por certo, entende-se que as parcerias entre Estado e as ONGs não visam compensar a perda de ação estatal, mas sim, encobrir e legitimar um processo que faz parte da estratégia atual de reestruturação do capital, como resposta à queda das taxas de lucro. Além dos impactos dessa mudança, inclui-se o ataque e a retirada aos/dos direitos trabalhistas e a focalização das políticas e serviços sociais, em detrimento da perspectiva de universalização e acesso pleno aos serviços, em um contexto de transformações no capitalismo. Certamente, o autor esclarece que o



Estado fornece às ONGs crédito fácil, isenções fiscais, recursos financeiros, materiais entre outros meios para beneficiar tais instituições em troca dos serviços prestados à sociedade.

Segundo Martinelli (1999), o crescimento das ONGS se mostra descrito como uma verdadeira crescente, pois depende do financiamento estatal, sendo que o interesse do governo neoliberal com as parcerias é ideológico, visando a contenção e aceitação da população que depende dos serviços prestados pelas instituições.

Martinelli (1999), analisa as transformações do capitalismo e suas consequências para a prática do Serviço Social, explorando a mudança nas políticas sociais e a inserção das organizações da sociedade civil (ONGs/OSCs) no cenário socioeconômico da época. O autor também discute o impacto das parcerias público-privadas e o papel das ONGs no contexto das políticas sociais e da assistência social.

Com efeito, exorta-se que as ONGS sejam entendidas como organizações formais, privadas, com fins públicos e sem fins lucrativos, autogovernadas, com parte de seus membros voluntários, objetivando transformações em nível social e econômico. Em 1998, ocorreu a nova regulamentação da filantropia com a criação da nova Lei da Filantropia (Lei 9732/98), que isenta as entidades de contribuírem com a Seguridade Social, e tal legislação normatiza a relação Estado/sociedade, ou seja, estabelece as chamadas parcerias, focando ações no campo das políticas públicas e do acesso de organizações sem fins lucrativos aos recursos públicos.

Diante disso, verifica-se o fato de que as ONGS se estruturaram e se expandiram, atuando em áreas como crianças e adolescentes, idosos, pessoas com necessidades especiais (Plano Nacional de Educação), dentre outras, prestando serviços principalmente no campo da Assistência Social e da Saúde.

Yazbek (2009) aponta que as ONGs tentam preencher lacunas deixadas pelas políticas públicas, mas frequentemente recaem em práticas assistencialistas e caritativas, em vez de garantir direitos estruturais, ou seja, os direitos humanos e sociais são estruturas fundamentais para políticas públicas, pois somente nesta

perspectiva é possível promover dignidade, reduzir desigualdades e implementar a proteção social. Na assistência social, incluem benefícios como o BPC, garantindo subsistência, inclusão e cidadania sem exigência de contribuição prévia.

À vista disso, Martinelli (1991) reforça que ONGs, e aqui pensamos também na semelhança com o IMEPP, são influenciadas por condições socioeconômicas e políticas. Segundo Martinelli (1991), Montañó, (2002) os assistentes sociais que atuam nesses espaços precisam adaptar-se constantemente às demandas sociais, superar as limitações impostas pela dependência de recursos externos, como financiamentos públicos ou privados, e lidar com a burocracia que muitas vezes impede a agilidade no atendimento. No entanto, o foco deve ser sempre a defesa dos direitos humanos e sociais, o incentivo à autonomia das pessoas atendidas, buscando sempre fortalecê-las, para que possam ter certo domínio sobre suas próprias vidas e escolhas, inclusive na perspectiva de lutarem por seus direitos e pelo exercício da cidadania.

Certamente, Behring e Boschetti (2007) destacam que não são os financiamentos externos que deixam o trabalho ruim no Terceiro Setor, mas a sua inserção na lógica das relações sociais capitalistas, o que compromete a autonomia dessas entidades na definição de suas estratégias de ação.

Neste trabalho busco estabelecer uma compreensão do IMEPP enquanto uma ONG/OSC que atua na Política de Assistência Social no município de Juiz de Fora.

Neste sentido, o IMEPP é uma Organização da Sociedade Civil (OSC) que atua principalmente no atendimento a pessoas com deficiência e suas famílias, oferecendo serviços de apoio psicopedagógico, social, e outras modalidades de atendimento especializadas. Como OSC, o IMEPP não depende exclusivamente do Estado, mas se articula com as políticas públicas, especialmente aquelas voltadas para a área da assistência social, educação inclusiva e saúde.

A estrutura do IMEPP é composta por uma equipe multidisciplinar que inclui assistentes sociais, psicólogos, educadores sociais e outros profissionais, que

trabalham no atendimento personalizado de pessoas com deficiência. A organização busca oferecer suporte integral, visando promover a autonomia e a inclusão social dos usuários, ao mesmo tempo que fortalece a rede de apoio para as famílias.

A relação do IMEPP com as demandas de Juiz de Fora é complexa, pois a cidade enfrenta uma demanda crescente por serviços especializados no atendimento a pessoas com deficiência, o que extrapola a capacidade instalada do IMEPP. O aumento da população que necessita desses serviços, somado a fatores como a falta de recursos públicos suficientes e o crescimento das necessidades sociais, faz com que o IMEPP enfrente limitações no número de atendimentos que pode oferecer, assim como em sua capacidade de atender todas as demandas de forma eficiente e contínua.

O IMEPP, embora desempenhe um papel fundamental ao complementar a atuação do poder público, muitas vezes não consegue suprir todas as necessidades e atender todas as demandas que chegam até a instituição. Isso ocorre devido à falta de apoio adequado por parte do governo e do município, à dependência de doações de empresas e do setor público, além da escassez de estrutura física e de recursos humanos, uma vez que o espaço da instituição é limitado.

Além disso, a expansão da demanda por atendimentos especializados e a necessidade de serviços mais diversificados exigem que o IMEPP estabeleça parcerias com outras instituições e organizações, e, também, que pressione o poder público a ampliar a oferta de serviços para garantir uma cobertura mais ampla e eficaz. Apesar dessas limitações, o Serviço Social busca contorná-las, até certo ponto, por meio de estratégias de articulação em rede, fortalecendo parcerias e ampliando o alcance dos serviços

Nesta direção, observamos que o IMEPP depende de recursos externos, muitas vezes insuficientes e condicionados. Isso se reflete em desafios para manutenção da força de trabalho, que tem sido contratada por contratos temporários, com baixa remuneração e falta de estabilidade, fatores que impactam a qualidade do atendimento, principalmente, no sentido do aprendizado necessário para efetuar as

ações, bem como para sua continuidade e estabelecimento de vínculo com os usuários dos serviços.

Em resumo, enquanto OSC, o IMEPP desempenha um papel importante no contexto social de Juiz de Fora, mas enfrenta desafios devido à demanda crescente e à limitação de recursos, exigindo uma articulação constante com o poder público e com outras instituições para atender as necessidades de uma população em crescimento. No IMEPP, isso exige esforços contínuos para evitar práticas assistencialistas e promover inclusão social e autonomia das pessoas com deficiência e suas famílias.

## **2. POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM JUIZ DE FORA E A ATUAÇÃO DO IMEPP**

Behring e Boschetti (2011) traçam a evolução das políticas sociais desde sua origem no capitalismo industrial, onde eram marcadas por controle social e punição aos pobres. No Brasil, durante o período ditatorial, essas políticas foram frágeis e caracterizadas por tutela e favor. Segundo Montaño (2008), na Constituição Federal de 1988, as leis de Seguridade Social e do SUS representaram avanços, mas a implementação da estratégia neoliberal expôs a desresponsabilização do Estado em relação às políticas sociais, uma realidade que se reflete também no Terceiro Setor, nas ONGs, conforme argumentamos no item anterior.

Por sua vez, a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), sancionada em 1993, estabelece a assistência social como um direito fundamental e um dever do Estado, com o propósito de atender indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade. Ela se baseia em princípios como a universalidade do acesso, a condicionalidade dos benefícios e a promoção da dignidade humana, visando superar a pobreza e promover a inclusão social. Sendo assim, o Bolsa Família requer o cumprimento de condicionalidades e oferece apoio no setor do programa ou no CRAS em caso de dificuldades.

Yazbek (2020) ressalta que a assistência social, enquanto direito garantido pelo Estado, enfrenta desafios adicionais devido à complexidade da questão social gerada pelo capitalismo, que demanda a implementação de sistemas de proteção mais robustos e integrados. A autora cita sobre:

[...]A assistência social no contexto capitalista enfrenta o desafio de superar a fragmentação e implementar sistemas de proteção social que realmente atendam às necessidades da população vulnerável, indo além de soluções paliativas, (YAZBEK, 2020, p. 293-306).

Em 2004, a aprovação da Política Nacional de Assistência Social e a implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) marcaram um avanço significativo para integrar e fortalecer a rede de proteção social, referendando a assistência como uma política pública essencial.

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) desenvolveu o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), trazendo avanços para a implementação da assistência social como direito fundamental. A PNAS é organizada em dois níveis de proteção:

- Proteção Social Básica: visa prevenir situações de risco e fortalecer vínculos comunitários e familiares, com serviços oferecidos nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS).
- Proteção Social Especial: Destina-se a famílias e indivíduos em maior vulnerabilidade, com atendimentos especializados realizados pelos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS).

Por sua vez, o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), vinculado ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, é responsável por formular, normatizar e fiscalizar a Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Composto por governo e sociedade civil, atua na aprovação de diretrizes, fiscalização de políticas, gestão de recursos e promoção do controle social. Portanto, o CNAS tem a responsabilidade de monitorar a implementação da Política Nacional de Assistência Social, assegurando que os serviços prestados estejam em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela LOAS. Essas instâncias que também se estruturam no nível municipal e estadual desempenham um papel importante ao garantir que as ONGs/OSCs sigam as diretrizes das políticas públicas, promovendo a participação da sociedade civil e o controle social dos serviços oferecidos.

No município de Juiz de Fora, a assistência social segue os princípios do SUAS, operando através de uma rede que inclui CRAS<sup>7</sup>, CREAS<sup>8</sup> e colaborações com organizações da sociedade civil. Nesse contexto, o IMEPP destaca-se como uma entidade que contribui para a oferta de serviços socioassistenciais. O IMEPP atua em duas frentes principais:

- Proteção Básica: Trabalha na promoção da inclusão social e no fortalecimento de vínculos familiares.
- Proteção Especial: Oferece atendimentos especializados para pessoas em maior situação de vulnerabilidade, em conformidade com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.

Assim, a atuação da instituição está alinhada aos princípios da LOAS, ao oferecer serviços que buscam a proteção social e a promoção da autonomia das pessoas com deficiência e suas famílias, em conformidade com a legislação e sem exigir contribuições prévias, como preconizado pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS)<sup>9</sup>. Além disso, a instituição reconhece que precisa ir além de intervenções pontuais, articulando suas ações com políticas públicas eficazes. Isso inclui o enfrentamento das desigualdades estruturais que afetam as pessoas com deficiência e suas famílias, promovendo inclusão social e cidadania como princípios norteadores de sua atuação.

Compreende-se que é necessário ir além da execução dos programas assistenciais, em direção à promoção da participação ativa das famílias atendidas, garantindo a perspectiva de efetivação de seus direitos e que os serviços cumpram as diretrizes da política nacional de assistência social.

---

<sup>7</sup> **CRAS** – Centro de Referência de Assistência Social. Unidade pública que oferece serviços preventivos e de fortalecimento de vínculos para famílias em vulnerabilidade social, promovendo inclusão e acesso a direitos.

<sup>8</sup> **CREAS** – Centro de Referência Especializado de Assistência Social. Unidade que atende indivíduos e famílias em situação de risco ou violação de direitos, oferecendo apoio psicossocial e encaminhamentos para proteção e autonomia.

<sup>9</sup> **LOAS** – Lei Orgânica da Assistência Social (Lei nº 8.742/1993). Regula a Assistência Social no Brasil, garantindo direitos a cidadãos em vulnerabilidade. Prevê o **Benefício de Prestação Continuada (BPC)**, que assegura um salário mínimo a idosos e pessoas com deficiência que não possuam meios de sustento.

A integração do IMEPP ao SUAS permite alinhar suas ações aos princípios de universalidade e participação social, garantindo o acesso dos usuários a direitos básicos e promovendo a cidadania de maneira coordenada. No entanto, ao se integrar às políticas sociais, o IMEPP também reflete a desresponsabilização estatal, o que tem implicações diretas na execução e no financiamento de ações que deveriam ser de responsabilidade do Estado. A questão social, sob a ótica do capitalismo, exige respostas mais estruturadas, que vão além de soluções pontuais. Essa crítica evidencia o papel do terceiro setor na substituição do Estado em áreas essenciais das políticas públicas, com impacto nas estratégias de enfrentamento da desigualdade social, especialmente no que diz respeito ao SUS e à Seguridade Social, na qual a Política de Assistência Social se insere.

Além disso, o IMEPP mantém uma articulação intersetorial com a rede pública de saúde, promovendo:

- Atendimento integral: Por meio de equipes multiprofissionais.
- Encaminhamentos e parcerias: Facilitando o fluxo entre o SUS e o IMEPP para ampliar o acesso a cuidados.
- Promoção da saúde: Com ações preventivas e educativas voltadas para a qualidade de vida.

Assim, o IMEPP tem-se consolidado enquanto um parceiro estratégico na execução das políticas públicas de assistência social em Juiz de Fora, fortalecendo o cuidado integral às pessoas com deficiência e suas famílias e complementando os serviços do SUAS. A seguir apresentarei alguns aspectos da atuação dessa instituição em Juiz de Fora.

## **2.1. A ATUAÇÃO DO IMEPP EM JUIZ DE FORA**

O IMEPP foi fundado em 1972, por diversas famílias de crianças e adolescentes com necessidades educacionais e terapêuticas especiais. Devido às dificuldades com educação e cuidados básicos com os infantes, genitores e demais familiares



associaram-se a profissionais que atuavam na área da saúde e assistência. A princípio o IMEPP atuava como clínica particular de atendimento especializado, mas com a crescente demanda de pessoas com baixo poder aquisitivo se constituiu como Instituição sem fins lucrativos (ONG), ampliando os atendimentos através da chamada parceria com o poder público.

Nesse contexto, convém ser enaltecido o fato de que o IMEPP tornou-se um instituto de atendimento socioassistencial, uma Organização Não Governamental e sem fins lucrativos que desenvolve programas sociais em articulação com as políticas públicas de educação, saúde e assistência direcionadas às famílias e indivíduos em situação de risco social, destinado a pessoas com deficiência com algum tipo de dependência material e emocional.

O IMEPP é uma associação filantrópica que oferece atendimento especializado a pessoas com deficiência intelectual e suas famílias. O instituto promove serviços de mediação psicológica e realiza encaminhamentos para cursos de qualificação profissional, com parcerias com empresas. Além disso, o IMEPP oferece atividades voltadas para o bem-estar e a prevenção à saúde, as quais são disponibilizadas por outras instituições em colaboração com a Prefeitura. Entre essas atividades estão dança, natação e oficinas artesanais. O IMEPP também participa de eventos promovidos por outras ONGs com o objetivo de promover a inclusão social.

O Centro Dia filial do IMEPP constitui uma referência em Juiz de Fora, fruto de uma parceria entre a Prefeitura e o IMEPP, atende pessoas com deficiência e suas famílias. Sob orientação da Secretaria de Assistência Social (SAS), o espaço adaptado oferece acessibilidade e estrutura para atividades de convivência, cuidados pessoais e fortalecimento da autonomia. Classificado como serviço de Média Complexidade, busca evitar o isolamento social, fortalecer vínculos familiares e apoiar cuidadores. Com uma equipe multidisciplinar, o Centro Dia e o IMEPP realizam diagnósticos, encaminhamentos e atuam na promoção do acesso a direitos e serviços.

Por sua vez, o Centro Dia atende aproximadamente 30 (trinta) usuários a partir de 18 (dezoito) anos e suas respectivas famílias no período manhã e tarde, uma vez

que a instituição segue as diretrizes do Estatuto da Pessoa com Deficiência e foi criado no ano de 2022, reafirmando o compromisso com o SUAS.

Neste TCC, apresentarei minhas experiências como estagiária no IMEPP Matriz, em um período de 1 ano e 6 meses, abrangendo os estágios I, II e III realizados nos anos de 2023 e 2024. Durante esse tempo, a observação e atuação junto aos usuários e suas famílias foram fundamentais para minha formação no curso de Serviço Social.

O acesso aos serviços do IMEPP é intermediado pelos CREAS, priorizando casos de maior vulnerabilidade. A iniciativa visa garantir dignidade, autonomia e inclusão social, prevenindo sobrecarga familiar e a institucionalização dos usuários. Sendo que, o IMEPP está articulado à rede socioassistencial de Juiz de Fora, incluindo o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), entre outras instituições.

É importante lembrar que a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais especifica os serviços que são ofertados por essa rede. Conforme citado, a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) de 2004 define claramente essa separação. Assim, tem-se que: Os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) são responsáveis pela oferta dos serviços de proteção básica, como o Programa de Atenção Integral às Famílias (PAIF)<sup>10</sup>, dentro desses programas é incluído os Centros de Convivência para Idosos e os programas de inclusão produtiva e projetos de enfrentamento da pobreza.

Os serviços prestados pela proteção social especial de média complexidade, por sua vez, são realizados pelos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), como o serviço de abordagem de rua, atendimento a famílias e indivíduos em situação de risco social e medidas socioeducativas em meio aberto (SILVA e BARBOSA, 2015, p.5).

---

<sup>10</sup> O **PAIF (Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família)** é um serviço prestado pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS) com o objetivo de fortalecer e garantir os direitos das famílias em situação de vulnerabilidade social. O PAIF oferece atendimento e apoio psicológico, orientações sobre direitos e deveres, além de encaminhamentos para outros serviços socioassistenciais, visando à promoção da cidadania, a inclusão social e a melhoria das condições de vida das famílias.

De outra sorte, frisa-se que o IMEPP trabalha com a tipificação que corresponde a uma ferramenta essencial no serviço socioassistencial, eis que ela descreve e classifica o serviço que é oferecido na instituição. Ademais, nota-se que a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais estabelece padrões e critérios para os serviços prestados no âmbito da assistência social no Brasil, sendo que fora aprovada por meio da resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009, e posteriormente atualizada pela Resolução CNAS nº 13, de 13 de maio de 2014.

Dessa forma, observa-se que o IMEPP realiza a tipificação com abrangência de faixas etárias e categorias de serviços, em parceria com a Prefeitura de Juiz de Fora, e com a SAS (Secretaria de Assistência Social), e tal serviço tem uma articulação entre as ONGs e instituições públicas e privadas (Resolução CNAS Nº 13, DE 13 DE MAIO DE 2014).

Assim sendo, congrega-se o entendimento de que o IMEPP atende os usuários encaminhados pelas redes, como: CRAS, CREAS e outras instituições parceiras ou até mesmo por busca espontânea, uma vez que profissionais de Serviço Social, em articulação com outros equipamentos, desempenham uma função indispensável no fortalecimento dos vínculos familiares e atendimento às demandas apresentadas. Todavia, sabe-se que são ações paliativas, uma vez que o Estado seja a instituição responsável por garantir os direitos sociais, pois, o IMEPP não tem estrutura no que tange aos recursos materiais e humanos para atender a todos os que buscam pela instituição.

Para este TCC, utilizei os dados do Relatório Mensal Anual (RMA) de 2023, alimentados pelo IMEPP, mediante autorização da instituição para sua análise neste trabalho. O relatório mensal anual monitora e avalia a atuação institucional, detalhando a quantidade de atendimentos realizados e o perfil dos usuários e famílias. Ele é enviado à SAS da Prefeitura de Juiz de Fora e ao Estado, permitindo o controle da gestão municipal e estadual.

O Registro Mensal de Atendimentos (RMA) complementa esse processo, registrando mensalmente informações sobre serviços e atendimentos nos CRAS,

CREAS e Centros POP, com o objetivo de padronizar dados e fortalecer o SUAS, conforme as Resoluções CIT nº 4/2011 e nº 20/2013. Esses registros subsidiam o planejamento e decisões de políticas públicas de Assistência Social, sendo acessados por técnicos com autenticação pelo CPF.

Já o GESUAS<sup>11</sup> é um sistema de gestão que organiza e monitora os serviços socioassistenciais no âmbito do SUAS. Ele registra dados de usuários, gerencia serviços e programas, produz relatórios e indicadores, e oferece suporte à tomada de decisões, sempre alinhado às diretrizes nacionais.

Seus benefícios incluem centralização e padronização das informações, melhoria no planejamento estratégico e qualificação do atendimento, tornando-se uma ferramenta essencial para gestores e profissionais no fortalecimento do SUAS como sistema de proteção social.

Por conseguinte, verifica-se o fato de que a pesquisa aqui apresentada fora desenvolvida na instituição tendo como suporte o Relatório Mensal do Ano de 2023 (dois mil e vinte e três) , gerado mensalmente e entregue à Secretaria de Assistência Social da Prefeitura de Juiz de Fora.

Nesse sentido, o IMEPP realiza esse levantamento com base no total de atendimentos realizados ao longo do ano, sendo que, no período referido, a instituição atendeu 927 (novecentos e vinte e sete) usuários, de maneira que os usuários com perfil CadÚnico representaram quase a totalidade dos atendimentos, com um percentual de 94,87% mensais. Nisso, usuários fora desse perfil representam famílias com renda superior a três salários-mínimos, oscilando entre 5,13% e 6,49% dos atendimentos mensais. Destarte, os usuários com perfil do NIS <sup>12</sup> também abarcam

---

<sup>11</sup> **GESUAS** – Sistema de Gestão do SUAS. Plataforma usada para organizar, monitorar e avaliar a execução das políticas e serviços socioassistenciais no Brasil, ajudando a gerenciar dados, recursos e atividades do IMEPP.

<sup>12</sup>O **NIS** é o número de registro que a Caixa Econômica Federal atribui aos cidadãos para que o empregador cadastre seus funcionários de forma online facilmente, garantindo assim os seus direitos trabalhistas. Com essa numeração, é possível saber a quais benefícios sociais o cidadão tem direito. No contexto do IMEPP, essa numeração também pode ser utilizada para assegurar o acesso a benefícios específicos para pessoas com deficiência, como o Benefício de Prestação Continuada (BPC), além de garantir o acesso a serviços de assistência social, saúde, educação e outras políticas públicas voltadas para a inclusão e a promoção da cidadania dessas pessoas.

quase a totalidade dos atendimentos, com percentual entre 96,05% e 97,44% ao longo do ano, posto que encaminhamentos pelo CRAS variaram entre 93,42% e 96,15% mensalmente, enquanto os encaminhamentos pelo CREAS foram menores, variando entre 1,28% e 6,49% devido ao tipo específico de demanda tratada por essa instituição.

Em relação à disponibilidade de novas vagas, com efeito, analisa-se o fato de que as vagas disponíveis ao longo do ano variaram entre 2,56% e 5,26%, refletindo a alta procura por atendimentos. Enquanto, os desligamentos ocorreram por diversos motivos, com variações mensais entre 1,28% e 6,49%. Durante esse período não houve demandas reprimidas, já que todos os casos foram encaminhados para outras instituições parceiras quando necessários. Em resumo, o IMEPP manteve uma alta taxa de atendimento ao longo de 2023, com uma forte presença de usuários de baixa renda e perfis socioeconômicos mais vulneráveis. A instituição conseguiu atender a todas as demandas, com variações mensais em novos casos e Na Tabela 1, indico esse número de atendimentos designados como socioassistenciais, no ano de 2023, que explicita as informações que expus nos parágrafos anteriores.

**TABELA 1: ATENDIMENTO SOCIOASSISTENCIAL NO ANO DE 2023**

[illegible]

Fonte: IMEPP - Atendimento Socioassistencial, 2023

Geralmente, analisa-se o fato de que o IMEPP apresenta uma variação em relação a quantidade e o tipo de deficiência, eis que o maior índice de atendimento em média seja de 56,41% correspondente aos usuários com deficiência intelectual. De

outra forma, exorta-se que os atendimentos a usuários com Transtorno do Espectro Autista (TEA) são em média 6,41%. Com efeito, usuários com múltiplas deficiências tiveram um 43,59%, com variações entre 39,74% e 44,74% em 2023, (IMEPP 2023).

Sendo que, com o resultado de levantamento documental, nota-se que as múltiplas deficiências tendem a agravar-se com o tempo, conforme prontuários que ficam disponíveis na instituição. Observa-se, também, que algumas deficiências são leves e podendo se tornar mais severas ao longo do tempo. Contudo, não foram registrados atendimentos para deficiência física, visual, auditiva e surdo-cegueira, tendo em vista que a instituição atende todos os tipos de deficiência e, quando necessário, encaminha os usuários para outras instituições competentes com o intuito de avaliação e acolhimento.

Ainda em relação ao perfil dos usuários, os dados do IMEPP de 2023, relacionados ao perfil de gênero e faixa etária dos usuários atendidos, revelam o seguinte:

- Crianças de 0 a 6 anos: Representam 10,25% do total de atendimentos, sendo 8,97% do sexo masculino e 1,28% do sexo feminino.
- Crianças e adolescentes de 7 a 14 anos: Correspondem a 15,49%, com 11,54% masculino e 3,95% feminino.
- Adolescentes de 15 a 17 anos: Compreendem 6,47%, divididos em 5,19% masculino e 1,28% feminino.
- Jovens e adultos de 18 a 59 anos: São o grupo predominante, com 82,26% do total, sendo 34,21% do sexo masculino e 48,05% do sexo feminino.
- Idosos (60 anos ou mais): Registram 2,63% feminino, sem atendimentos para homens nessa faixa etária.

Total Geral:

- Masculino: 52,56% dos atendidos.
- Feminino: 56,41% dos atendidos.

Conforme a Tabela 2, ressalta-se a predominância dos atendimentos no segmento de jovens e adultos de 18 a 59 anos, especialmente mulheres, que compõem o maior grupo atendido. Em contrapartida, a menor representatividade é de idosos, com apenas 2,63%, exclusivamente do sexo feminino.

**TABELA 2 - ATENDIMENTO SOCIOASSISTENCIAL**

Período	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
C. Perfil dos usuários atendidos no mês de referência	total	Total	Total	Total	Total	Total	Total	Total	Total	Total	Total	Total
C.1. Sexo e Faixa Etária TOTAL	78	77	76	76	76	77	77	78	78	78	78	78
C.1.1. Crianças de 0 a 06 anos - masculino	1,28%	1,30%	1,32%	1,32%	1,32%	7,79%	7,79%	8,97%	8,97%	8,97%	8,97%	8,97%
C.1.2. Crianças de 0 a 06 anos - feminino	1,28%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	1,30%	1,30%	1,28%	1,28%	1,28%	1,28%	1,28%
C.1.3. Crianças e adolescentes de 07 a 14 anos - masculino	7,69%	7,79%	7,89%	7,89%	7,89%	7,79%	7,79%	10,26%	10,26%	11,54%	11,54%	11,54%
C.1.4. Crianças e adolescentes de 07 a 14 anos - feminino	3,85%	3,90%	3,95%	3,95%	3,95%	2,60%	2,60%	2,56%	2,56%	2,56%	2,56%	2,56%
C.1.5. Adolescentes de 15 a 17 anos - masculino	2,56%	2,60%	3,95%	3,95%	3,95%	5,19%	5,19%	5,13%	5,13%	5,13%	5,13%	5,13%
C.1.6. Adolescentes de 15 a 17 anos - feminino	1,28%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	1,28%	1,28%	1,28%	1,28%	1,28%
C.1.7. Jovens e adultos de 18 a 59 anos - masculino	32,05%	33,77%	34,21%	34,21%	34,21%	27,27%	27,27%	26,92%	26,92%	26,92%	26,92%	26,92%
C.1.8. Jovens e adultos de 18 a 59 anos - feminino	47,44%	48,05%	46,05%	46,05%	46,05%	45,45%	45,45%	42,31%	42,31%	41,03%	41,03%	41,03%
C.1.9. Idosos (60 anos ou mais) - masculino	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
C.1.10. Idosos (60 anos ou mais) - feminino	2,56%	2,60%	2,63%	2,63%	2,63%	2,60%	2,60%	1,28%	1,28%	1,28%	1,28%	1,28%
C.1.11. TOTAL Masculino	43,59%	45,45%	47,37%	47,37%	47,37%	48,05%	48,05%	51,28%	51,28%	52,56%	52,56%	52,56%
C.1.12. TOTAL Feminino	56,41%	54,55%	52,63%	52,63%	52,63%	51,95%	51,95%	48,72%	48,72%	47,44%	47,44%	47,44%

Fonte: IMEPP - Atendimento Socioassistencial, 2023

Em apontamento diverso, salienta que, de acordo com os dados, a escolaridade dos usuários atendidos pelo IMEPP em 2023 (dois mil e vinte e três) apresenta as seguintes variações, conforme a Tabela 3:

**TABELA 3 - ESCOLARIDADE DOS USUÁRIOS ATENDIDOS NO ANO DE 2023.**

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
	total	total	total	total	total	total	total	total	total	total	total	total
C.3. Escolaridade	78	77	76	76	76	77	77	78	78	78	78	78
C.3.1. Sem Escolaridade	23,08%	24,68%	25,00%	25,00%	25,00%	23,38%	23,38%	21,79%	21,79%	20,51%	20,51%	20,51%
C.3.2. Educação Infantil (0 a 4 anos)	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
C.3.3. Ensino fundamental completo	12,82%	12,99%	10,53%	10,53%	10,53%	9,09%	9,09%	8,97%	8,97%	8,97%	8,97%	8,97%
C.3.4. Ensino fundamental incompleto	19,23%	19,48%	18,42%	18,42%	18,42%	25,97%	25,97%	25,64%	25,64%	25,64%	25,64%	25,64%
C.3.5. Ensino fundamental em curso	15,38%	14,29%	14,47%	14,47%	14,47%	14,29%	14,29%	19,23%	19,23%	20,51%	20,51%	20,51%
C.3.6. Ensino médio completo	16,67%	15,58%	17,11%	17,11%	17,11%	14,29%	14,29%	11,54%	11,54%	11,54%	11,54%	11,54%
C.3.7. Ensino médio incompleto	2,56%	2,60%	3,95%	3,95%	3,95%	2,60%	2,60%	2,56%	2,56%	2,56%	2,56%	2,56%
C.3.8. Ensino médio em curso	0,03%	0,03%	0,05%	0,05%	0,05%	0,03%	0,03%	0,03%	0,03%	0,03%	0,03%	0,03%
C.3.9. Ensino superior completo	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
C.3.10. Ensino superior incompleto	1,28%	1,30%	1,32%	1,32%	1,32%	1,30%	1,30%	1,28%	1,28%	1,28%	1,28%	1,28%
C.3.11. Ensino superior em curso	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

Fonte: IMEPP - Atendimento Socioassistencial, 2023

Sem escolaridade: 20,51% a 25%; de 0 a 4 anos: não há atendimentos para esse perfil; ensino fundamental completo: pequena variação ao longo do ano; ensino fundamental incompleto: variação entre 18,42% e 25,64% ao ano; ensino fundamental em curso: 14,47% e 20,51% ao longo do ano; Ensino médio completo: variação entre 11,17% e 16,67% durante o ano; ensino médio incompleto: mantém-se entre 2,56% e 3,95% ao longo do ano; ensino médio em curso: manteve-se entre 8,97% e 9,21% ao

longo do ano. Ensino superior completo: ficou em 0%; ensino superior incompleto: ficou em 1,28% e 1,30% durante o ano; ensino superior em curso: manteve em 0% durante o ano.

Esses resultados indicam que muitos usuários não conseguem concluir os estudos e, por isso, apresentam pouca demanda para o ensino superior devido às dificuldades enfrentadas. O baixo grau de escolaridade entre as pessoas com deficiência está relacionado às barreiras educacionais, como a falta de professores de apoio, o que contribui para que muitos desistam da escola.

Conforme os autores Gonçalves, Meletti e Santos(2015), essas dificuldades educacionais estão diretamente relacionadas às barreiras enfrentadas pelas pessoas com deficiência. A ausência de suporte adequado nas escolas como a falta de professores de apoio contribui significativamente para a desistência escolar e para a baixa taxa de conclusão dos estudos entre esses indivíduos.

Diante dos dados apresentados fica claro que os usuários enfrentam grandes dificuldades para frequentar as escolas, muitas vezes abandonando os estudos antes de concluí-lo ou nunca ter frequentado uma sala de aula devido as suas deficiências. Os responsáveis relatam que a ausência de professores de apoio nas escolas impede a participação dos filhos nas aulas, o que contribui para o aumento do número de evasão escolar, Nesse sentido os:

Art. 36. A educação é direito fundamental da pessoa com deficiência e será prestada visando ao desenvolvimento pessoal, à qualificação para o trabalho e ao preparo para o exercício da cidadania. Art. 37. É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar a educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de negligência, discriminação, violência, crueldade e opressão escolar.

Art 38. Incumbe ao Poder Público criar e incentivar programas: I – de incentivo familiar, de natureza pecuniária, destinados a assegurar a matrícula e a frequência regular do aluno com deficiência na escola; 21 II – de educação especial, em todos os níveis e modalidades de ensino, onde e quando se fizerem necessário ao atendimento de necessidades educacionais especiais apresentadas por pessoas com deficiência; III – destinados à produção e divulgação de conhecimento, bem como ao desenvolvimento de métodos e técnicas voltadas à pessoa com deficiência; IV – de qualificação específica dos profissionais da educação para utilização de linguagens e códigos aplicáveis à comunicação das pessoas com deficiência, como o Sistema Braille e a Língua Brasileira de Sinais

(LIBRAS); V – de apoio e orientação aos familiares das pessoas com deficiência para a utilização de linguagens e códigos aplicáveis; VI – de



educação profissional, voltados à qualificação da pessoa com deficiência para sua inserção no mundo do trabalho e, sempre que possível, extensivos a seus pais ou responsáveis (PAIM, 2015,p.20).

O IMEPP realiza um levantamento periódico<sup>13</sup>, anualmente, de satisfação junto às famílias atendidas com o objetivo de identificar lacunas nos serviços prestados e aprimorar a qualidade dos atendimentos. Essa pesquisa busca compreender as necessidades dos usuários, garantindo a melhoria contínua das ações desenvolvidas pela instituição. De acordo com o relatório de pesquisa de satisfação do IMEPP (2023), no geral, observa-se que –as famílias respondentes expressam a satisfação com o atendimento e com os serviços prestados pela instituição, tais como: atendimento e acolhimento: 13 (treze) satisfeitos, 37 (trinta e sete) muito satisfeitos; Orientações dos profissionais: 13 (treze) satisfeitos, 37 (trinta e sete) muito satisfeitos; Participação em grupo: 15 (quinze) satisfeitos, 33 (trinta e três) muito satisfeitos; Contribuição nas atividades diárias: 16 (dezesesseis) satisfeitos, 34 (trinta e quatro) muito satisfeitos; Oportunidades de socialização e convivência: 16 (dezesesseis) satisfeitos, 34 (trinta e quatro) muito satisfeitos; Melhoria na autoestima: 18 (dezoito) satisfeitos, 31 (trinta e um) muito satisfeitos; e Estrutura física e organização: 1 (um) insatisfeito, 15 (quinze) satisfeitos, 34 (trinta e quatro) muito satisfeitos.

O levantamento também possibilitou apreender as sugestões dos usuários, o que contribui para melhoria do trabalho de todos os profissionais que atuam na instituição, inclusive o de Serviço Social: aumento da quantidade dos atendimentos; inclusão de profissionais como psicólogo, fonoaudiólogo e psiquiatras; realização de reuniões entre familiares, usuários e a direção da instituição; inclusão de passeios para as crianças e demais usuários; profissionais substitutos para cobrir os que precisarem se ausentar; e melhoria da oferta de atividades físicas e motivação dos usuários; retorno aos atendimentos diários; melhoria na alimentação, sendo que estas correspondem a algumas das sugestões e solicitações das famílias.

---

<sup>13</sup> Autorização concedida pelo(a) responsável da instituição para acesso aos dados e aplicação do questionário aos responsáveis pelos usuários, respeitando os princípios éticos e regulamentares de pesquisa.

Tais sugestões indicam as necessidades das famílias atendidas, que embora satisfeitas com o trabalho realizado, propõem o aumento no número de atendimentos conforme descrito acima, além de almejar um aprimoramento na qualidade desses serviços.

Complementar a essas sugestões, organizamos alguns aspectos que foram relatados pelas responsáveis/cuidadoras e cuidadores, que revelam dificuldades e necessidades a serem enfrentadas. Famílias que têm como referência a mulher, mãe, responsável por cuidar dos filhos, sem suporte escolar adequado, o que dificulta levar os filhos/pessoas com deficiência para frequentar o IMEPP o que não raras vezes, impacta na cogitação de internação da pessoa em alguma instituição de acolhimento. Famílias que têm como referência a mulher, avó, que cuida dos netos com deficiências e enfrentam dificuldades financeiras e educacionais. Famílias que têm como referência mulheres – irmãs, como cuidadoras da pessoa com deficiência, com demandas de recursos financeiros e pedagógicos para o suporte nesse cuidado. E, situações em que pessoas com deficiência realizam ações de cuidado com as mães com problemas de saúde mental. O papel masculino, como análise abaixo, é menos observado, embora o pai também esteja presente em algumas das famílias que utilizam os serviços do IMEPP.

Por sua vez, durante uma campanha de prevenção ao suicídio no IMEPP, familiares compartilharam relatos pessoais e profissionais da saúde e enfatizaram a importância de observar comportamentos de risco e buscar ajuda.

Com efeito, enquanto instituição que atende pessoas com deficiência, ela acolhe inúmeras demandas, como: procura por cestas básicas, encaminhamento para outras instituições, procura por doações de roupas, remédios, óculos, encaminhamento para saúde, para vaga de emprego, procuram por vagas na instituição para atendimento socioassistencial e psicólogo, entre outras. Sabe-se que a sobrecarga e dificuldades enfrentadas pelas famílias com o cuidado com as pessoas com deficiência geralmente são as mesmas: preconceito, indisponibilidade de transporte público adequado para

peessoas com deficiência; a falta de respeito por parte de inúmeros profissionais; a falta de apoio dos próprios familiares.

Ademais, a falha dos serviços de transporte público tem causado impacto tanto no deslocamento e atendimento quanto no fator psicológico dos usuários PCDs e de seus respectivos acompanhantes, de maneira que a falta de empatia e o uso de expressões ofensivas seja um dos exemplos. Nisso, dentre muitos relatos pode-se citar a longa espera em pontos de ônibus que acarretam alterações comportamentais nos PCDs.

Sabe-se que a maioria dos atendidos nas instituições depende do transporte público para deslocamento, sendo este um dos maiores desafios enfrentados pelos mesmos, já que não há uma fiscalização que garanta a qualidade, manutenção e o cumprimento dos horários das respectivas linhas. Assim, para os cadeirantes torna-se imprescindível que os coletivos estejam com os elevadores em perfeito funcionamento, caso contrário não se mostra possível o embarque, de modo que, com isso, as dificuldades em se deslocar até a instituição para atendimento atrapalha muito a evolução dos atendimentos.

Diante disso, percebe-se que outra questão a ser destacada refere-se ao perfil de responsáveis do sexo feminino pelos lares, mães solteiras, avós, divorciadas, com vários filhos pequenos, filhos com diagnóstico de deficiência que vão às instituições em busca de apoio, isso porque muitas genitoras que são mães solo, foram abandonadas pelos companheiros por motivos que incluem a dificuldade em lidar com a deficiência dos filhos o que muitas vezes deixam os genitores deprimidos e causa grande dificuldade de entendimento no lar, o que levam os pais a saírem de casa, esses fatos são observados na instituição IMEPP.

Desse modo, as mães se sobrecarregam com os cuidados dos filhos e do lar, o que as obrigam a procurar o atendimento social nas instituições, eis que buscam

acesso a benefícios sociais como Benefício de Prestação Continuada (BPC)<sup>14</sup>, Programa Bolsa Família (PBF)<sup>15</sup>, encaminhamentos para área de saúde, educação, doações e inclusão de usuários no mercado de trabalho.

Assim sendo, as famílias também são encaminhadas para a rede socioassistencial do município como o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especial de Assistência Social (CREAS), para acompanhamento e visitas domiciliares. O CRAS oferece serviços como do PAIF (Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família) para fortalecimento de vínculo familiar e social e o CREAS oferece serviço do PAEFI (Serviço Especializado a Família e Indivíduos)<sup>16</sup> são serviços de acompanhamento às pessoas que estão em situação de risco social e que estão com o vínculo familiar fragilizado.

Por sua vez, o IMEPP estabelece parcerias com empresas que cumprem a legislação de inclusão no mercado de trabalho, promovendo a inserção de alguns de seus usuários em oportunidades formais de emprego. Essas iniciativas incluem encaminhamentos para redes de supermercados, instituições educacionais e cursos preparatórios, contribuindo para a inclusão social e profissional das pessoas atendidas pela instituição. Essas ações reforçam a integração das políticas públicas com o setor privado, visando à autonomia e à cidadania dos usuários.

Na tabela 4, apresento os tipos de encaminhamentos feitos para as famílias e usuários do IMEPP:

---

<sup>14</sup> **BPC** – Benefício de Prestação Continuada. Garantia de um salário mínimo mensal para pessoas idosas (a partir de 65 anos) ou com deficiência em situação de vulnerabilidade, sem exigência de contribuição prévia ao INSS. A concessão depende de renda familiar per capita inferior a 1/4 do salário mínimo.

<sup>15</sup> **PBF** – Programa Bolsa Família. Política pública de transferência de renda para famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, com condicionalidades como frequência escolar e exames de saúde, visando garantir segurança alimentar e acesso a direitos básicos.

<sup>16</sup> O **PAEFI (Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos)** é um serviço especializado que visa atender situações de violação de direitos, como abuso, violência ou negligência, oferecendo suporte técnico e psicossocial para famílias e indivíduos. O PAEFI busca a superação de situações de risco, promovendo a proteção dos direitos dos usuários e a reintegração social, por meio de acompanhamento intensivo e encaminhamentos para outros serviços especializados.

**TABELA 4 - ENCAMINHAMENTO DAS FAMÍLIAS E USUÁRIOS PARA SERVIÇOS E REDES DIVERSOS**

Bloco III - Encaminhamentos													
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	
E. Usuários/famílias encaminhados no mês de referência	Total	Total	Total	Total	Total	Total	Total	Total	total	Total	Total	Total	Total p/ ano
E.1. Volume total de encaminhamentos	4	2	2	2	2	7	3	7	9	16	11	4	69
E.2. Usuários/famílias encaminhados para a rede de serviços socioassistenciais	4	1	1	1	1	6	3	4	6	11	6	3	47
E.3. Usuários/ famílias encaminhados para os serviços da rede de saúde	0	1	1	1	1	1	0	2	3	3	5	1	19
E.4. Usuários/ famílias encaminhados para a política de educação	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
E.5. Usuários/famílias encaminhados para serviços/unidades das demais políticas públicas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	2
E.6. Usuários/ famílias encaminhados para os órgãos do Sistema de Garantia de Direitos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
E.7. Usuários/ famílias encaminhados para o Benefício de Prestação Continuada	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
E.8. Usuários/ famílias encaminhados para o serviço do carro de apoio	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
E.9. Usuários/ famílias encaminhados para o serviço de transporte público	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
E.10. Usuários/ famílias encaminhados para obtenção de documentação civil	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: IMEPP, 2023

Em relação aos encaminhamentos, a tabela acima destaca uma variação com um volume total de 70 atendimentos. Durante o ano, a instituição fez 47 encaminhamentos para a rede socioassistencial e 19 para a rede de saúde. O número reduzido de encaminhamentos pela instituição para a saúde se deve ao acompanhamento realizado pelo CRAS e CREAS, que já direcionam os casos para a rede hospitalar, diminuindo assim as demandas na instituição. Além disso, houve 1 encaminhamento para o serviço de transporte público e 2 para outras políticas públicas.

Nessa ordem, de acordo com Behring (2011), o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) apresenta lacunas em sua cobertura territorial, como a cobertura dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), que acaba atendendo apenas uma parcela da população, situação que impacta a oferta de serviços socioassistenciais.

Em Juiz de Fora, existem 11 CRAS (Centros de Referência de Assistência Social) e 3 CREAS (Centros de Referência Especializado de Assistência Social). O CREAS é um serviço público administrado pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), voltado ao atendimento de famílias e pessoas em risco social, bem como àqueles que tiveram seus direitos violados. Enquanto o CRAS atua na prevenção da

vulnerabilidade social, já o CREAS foca no enfrentamento das consequências de situações de risco, como violência física, psicológica ou sexual, abandono, negligência e discriminação.

As unidades do CREAS são compostas por profissionais de assistência social, psicólogos e outros, oferecendo apoio a crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos e mulheres em situações de violência ou risco, promovendo acolhimento, fortalecimento de vínculos e reintegração social. O acesso ao CREAS pode ser espontâneo ou encaminhado por outras instituições para o serviços assistenciais.

A tabela 5 destaca as características dos usuários e famílias que foram atendidas pelo IMEPP, durante o ano de 2023. As famílias acompanhadas pelo PAIF tiveram uma taxa de atendimentos de 96,15%, indicando um número consistentemente alto de atendimentos. O PAIF é um serviço oferecido em muitos CRAS, destinados às famílias com vínculos fragilizados que necessitam de acompanhamento para fortalecimento de vínculos, proteção de direitos e inclusão social.

Já as famílias acompanhadas pelo PAEFI apresentam 3,90%. O PAEFI é oferecido pelo CREAS e atende indivíduos em situação de risco social ou direitos violados. Os atendimentos às famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF) contabilizaram uma taxa de 10,26%. Os usuários do Benefício de Prestação Continuada (BPC) também contabilizaram 47,44% ao longo do ano. Contudo, alguns usuários não têm direito ao BPC devido a renda familiar ser acima de três salários-mínimos, já os usuários beneficiários da Previdência Social contabilizaram 5,19%. Os usuários com trabalho formal somam apenas 1,3%, indicando que essas famílias ficaram sem renda em alguns meses. As famílias com trabalho informal mantiveram 3,95% ao longo do ano de 2023. Famílias sem renda tiveram uma taxa de 40,26%. As famílias e usuários que acessam outros benefícios tiveram uma variação de 96,15% a 100%, devido a combinação de benefícios recebidos por diferentes membros da família.

**TABELA 5 - QUANTITATIVO DE FAMÍLIAS E BENEFÍCIOS**

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
<b>C.5. Características dos Usuários e Famílias</b>	<b>78</b>	<b>77</b>	<b>76</b>	<b>76</b>	<b>76</b>	<b>77</b>	<b>77</b>	<b>78</b>	<b>78</b>	<b>78</b>	<b>78</b>	<b>78</b>
C.5.1. Famílias acompanhadas pelo PAIF	94,87%	94,81%	93,42%	93,42%	93,42%	96,10%	96,10%	96,15%	96,15%	96,15%	96,15%	96,15%
C.5.2. Famílias acompanhadas pelo PAEFI	1,28%	1,30%	2,63%	2,63%	2,63%	3,90%	3,90%	3,85%	3,85%	3,85%	3,85%	3,85%
C.5.3. Famílias com membros beneficiários do Programa Bolsa Família	7,69%	6,49%	5,26%	5,26%	5,26%	7,79%	9,09%	10,26%	10,26%	10,26%	10,26%	10,26%
C.5.4. Usuários beneficiários do Benefício de Prestação Continuada	39,74%	41,56%	43,42%	43,42%	43,42%	45,45%	45,45%	47,44%	47,44%	47,44%	47,44%	47,44%
C.5.5. Usuários beneficiários da Previdência Social	5,13%	5,19%	3,95%	3,95%	3,95%	2,60%	2,60%	2,56%	2,56%	2,56%	2,56%	2,56%
C.5.6. Usuários que possuem trabalho formal	1,28%	1,30%	1,32%	1,32%	1,32%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
C.5.7. Usuários que possuem trabalho informal	3,85%	3,90%	3,95%	3,95%	3,95%	3,90%	3,90%	3,85%	3,85%	3,85%	3,85%	3,85%
C.5.8. Famílias com usuários sem renda	38,46%	37,66%	35,53%	35,53%	35,53%	40,26%	38,96%	35,90%	35,90%	35,90%	35,90%	35,90%
C.5.9. Famílias e usuários que acessam outros benefícios	96,15%	96,10%	96,05%	96,05%	96,05%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: IMEPP - Atendimento Socioassistencial, 2023.

A falta de informação dos usuários sobre como buscar atendimentos no CRAS e CREAS faz com que muitas famílias procurem suporte em instituições como o IMEPP, que desempenha um papel complementar, oferecendo orientação, suporte direto e encaminhamento para organizações que podem atender demandas específicas dos usuários, além de atuar nas ações que lhe são pertinentes, oferecendo serviços para pessoas com deficiência.

Para finalizar, é importante explicar que o IMEPP oferece serviços socioassistenciais a pessoas com deficiência e suas famílias, com foco na inclusão e no desenvolvimento de habilidades, alinhando-se aos princípios discutidos por Gonçalves, Meletti e Santos (2015). Os autores destacam a exclusão histórica de pessoas com deficiência intelectual (DI) da educação, um problema que o IMEPP busca superar, oferecendo apoio assistencial e psicológico especializado e estratégias pedagógicas inclusivas. A instituição segue as diretrizes do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), aplicando abordagens como o Desenvolvimento Universal para Aprendizagem (DUA)<sup>17</sup> para tornar o currículo acessível a todos, independentemente das limitações.

Além disso, o IMEPP oferece apoio às famílias, abordando aspectos emocionais e sociais, e utilizando tecnologias assistivas e recursos visuais, conforme recomendado pelos autores. O trabalho do IMEPP reflete as abordagens defendidas

<sup>17</sup> **DUA** – Desenvolvimento Universal para Aprendizagem. Modelo educacional que adapta métodos, conteúdos e ambientes de ensino para atender à diversidade dos alunos, promovendo oportunidades de aprendizagem para todos, independentemente de suas habilidades ou necessidades.

por Gonçalves, Meletti e Santos, contribuindo para um ambiente inclusivo e para o desenvolvimento integral de indivíduos com deficiência.

No cotidiano de estágio, observa-se que as instituições focam em proporcionar um bom atendimento, conforto, segurança e bem-estar às pessoas atendidas. No entanto, também é evidente a falta de apoio governamental para garantir a inclusão efetiva dessas pessoas. Esse apoio é crucial para assegurar que indivíduos com deficiência permaneçam na escola até o último grau de ensino, já que muitos têm o desejo de seguir uma carreira profissional. Contudo, muitos usuários abandonam a escola para trabalhar e ajudar suas famílias de baixa renda, enquanto outros deixam os estudos devido à falta de professores capacitados para atendê-los. Além disso, há relatos de responsáveis que acreditam que seus filhos não têm condições de cursar o ensino superior, muitas vezes pela falta de apoio adequado, como professores especializados ou informações sobre oportunidades.

A tabela 6 faz referência aos números totais de atendimentos durante o ano de 2023.

**TABELA 6 - NÚMEROS TOTAIS DE ATENDIMENTOS EM 2023**

Bloco II - Atendimentos												
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
D. Atendimentos aos usuários\ famílias no mês de referência	Total	Total	Total	Total	Total	Total	Total	Total	total	Total	Total	Total
D.1. Volume total de atendimentos	171	187	300	300	300	395	442	416	439	418	388	329
D.2. Atendimentos individuais	23,98%	18,18%	25,00%	25,00%	25,00%	53,16%	51,36%	43,99%	51,94%	50,72%	50,52%	49,54%
D.3. Atendimentos em grupo	1,75%	81,82%	0,08%	75,00%	75,00%	46,84%	48,64%	56,01%	48,06%	49,28%	49,48%	50,46%
D.4. Visitas Domiciliares	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

Fonte: IMEPP - Atendimento Socioassistencial, 2023.

A tabela refere-se ao total de atendimentos realizados diariamente ao longo do mês, podendo ser superior ao número de atendimentos em grupos, que incluem oficinas e atividades coletivas. Esses atendimentos em grupo envolvem interações entre usuários e equipe, além de atividades coletivas, como mensagens em grupos de WhatsApp e telefonemas para os atendidos.

Durante o ano de 2023, os atendimentos variaram mensalmente: os atendimentos totais variaram de 171 a 442 durante o ano todo, totalizando 4.525 atendimentos, sendo que a média mensal de atendimentos foi de aproximadamente



377; Os atendimentos individuais variaram de 34 a 228 totalizando 1.920 atendimentos durante o ano, a média mensal de atendimentos individual foi de aproximadamente 160; os atendimentos em grupo variaram de 130 a 233 totalizando 2.239 atendimentos durante o ano todo, a média mensal de atendimentos em grupo foi de aproximadamente 187.

A maior parte dos atendimentos foi realizado em grupo, com ênfase em atividades coletivas tais como, trabalhos em grupos, passeios, reuniões e eventos. A soma total de atendimentos é alta devido à diversidade de atividades incluídas: telefonemas, encaminhamentos para outras instituições, atendimentos de psicólogos e educadores, além das intervenções espontâneas.

As visitas domiciliares não foram registradas indicando que não houve solicitações para esse tipo de atendimento, ou que foram realizadas em menor escala. A tabela 7 faz referência ao número desses procedimentos registrados ao longo de 2023.

**TABELA 7 - NÚMEROS DE PROCEDIMENTOS DE REGISTROS E AÇÕES**

Bloco IV - Procedimentos e Registro de Ações														
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ		
F. Dados do trabalho no mês de referência	Total	Total	Total	Total	Total	Total	Total	Total	Total	Total	Total	Total	Total	Total p/ ano
F.1. Reuniões de equipe para planejamento, avaliação e estudo teórico	4	3	4	4	4	4	4	3	4	5	6	4		52
F.2. Reuniões para estudos de caso com a equipe	4	3	4	4	4	3	4	3	4	5	4	3		48
F.3. Reuniões para estudo de caso em articulação com a rede	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0		1
F.4. Relatórios técnicos	5	0	1	1	1	3	0	0	1	0	0	0		12
F.5. Participação em outras ações de articulação da rede socioassistencial e/ou demais políticas públicas	3	4	6	6	6	5	6	6	6	8	5	5		70

Fonte: IMEPP - Atendimento Socioassistencial

Total de reuniões de equipe 52, com foco em planejamento, avaliação e estudo teórico. Foram realizadas 48 reuniões para estudo de caso. Um total de 12 relatórios técnicos foram elaborados ao longo do ano. A equipe participou de 70 ações de articulação com a rede socioassistencial e outras políticas públicas durante o ano. Esses dados indicam que a instituição tem como objetivo planejar e melhorar a qualidade dos atendimentos por meio de reuniões regulares e ações de articulação.

Por fim, salienta-se a importância do IMEPP como espaço sócio-ocupacional para o Serviço Social, uma vez que a profissão está presente nas atividades

desenvolvidas na instituição, e tendo como objetivo: atendimentos, acolhimentos, orientações, trabalhos em grupos, encaminhamentos, dentre outros.

É importante ressaltar que o Serviço Social no IMEPP, desempenha um papel fundamental no atendimento a pessoas com deficiência e suas famílias, oferecendo suporte e orientação para superar as dificuldades enfrentadas. A atuação do assistente social no IMEPP envolve a análise, e encaminhamento de casos, além de ações de acolhimento e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. O profissional também contribui para a inclusão social dos usuários, articulando a rede de serviços e auxiliando na garantia de direitos, em parceria com outras instituições e políticas públicas, dentro do contexto da assistência social e do apoio especializado.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este Trabalho de Conclusão de Curso teve como objeto expor algumas reflexões desencadeadas a partir de minha inserção em uma Organização não governamental (IMEPP), Instituto Médico Psico Pedagógico. Por meio de levantamento documental e da fundamentação teórica, buscou-se compreender as particularidades do IMEPP e sua relevância no atendimento às demandas de pessoas com deficiência e suas famílias no contexto da rede socioassistencial de Juiz de Fora.

A pesquisa revelou que o IMEPP desempenha um papel essencial na promoção da inclusão social e na defesa de direitos, atuando em articulação com políticas públicas e integrando-se ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Contudo, também evidenciou desafios significativos, como a alta demanda, a dependência de recursos externos e a necessidade de superar práticas assistencialistas, enfatizando a importância de fortalecer parcerias e ampliar o controle social para assegurar um atendimento mais abrangente e eficaz.

Ao longo do trabalho, foram discutidos temas como o impacto do neoliberalismo nas políticas públicas, a desresponsabilização estatal e o crescimento das Organizações da Sociedade Civil (OSCs) como resposta às lacunas deixadas pelo poder público. A atuação do IMEPP foi analisada dentro desse contexto, destacando sua contribuição para a assistência social, mas também suas limitações, reforçando a necessidade de articulação contínua com o Estado e outras instituições.

Além disso, a experiência no IMEPP revelou que a prática profissional exige não apenas conhecimento técnico, mas também sensibilidade para lidar com questões complexas, como desigualdades sociais, preconceitos e barreiras enfrentadas por pessoas com deficiência e suas famílias.

Por fim, conclui-se que o IMEPP, enquanto Organização Não Governamental, cumpre um papel indispensável na rede de proteção social de Juiz de Fora, mas enfrenta desafios que demandam atenção contínua e ações estratégicas para superar

as fragilidades estruturais. Este trabalho também abre caminho para futuras pesquisas que aprofundem a análise sobre a relação entre o Terceiro Setor e as políticas públicas, contribuindo para o avanço das práticas socioassistenciais e a construção de uma sociedade mais inclusiva e igualitária.

Os resultados obtidos neste estudo estarão à disposição para subsidiar novas investigações acadêmicas e profissionais, fortalecendo o debate sobre a atuação do Serviço Social e das OSCs no Brasil contemporâneo.

Sendo assim, este Trabalho de Conclusão de Curso se pauta em expor alguns aspectos da atuação do IMEPP enquanto ONG/OSC. Após sua conclusão, continua impondo-se o desafio de desvendar as particularidades desta instituição, algo grandioso para um trabalho de final de curso de graduação, ainda que tenhamos conseguido apresentar algumas nuances dessa atuação, derivando delas algumas reflexões relevantes para o atual contexto.

Por fim, quero registrar que a oportunidade desse estágio e a realização deste TCC, representaram uma etapa fundamental para meu desenvolvimento pessoal e profissional. Ele não apenas ampliou minha visão sobre as práticas socioassistenciais, mas também reforçou meu compromisso com a promoção da justiça social e a defesa de direitos. A experiência no IMEPP me proporcionou ferramentas valiosas para minha atuação futura, consolidando minha formação enquanto assistente social.

## BIBLIOGRAFIA

ARAÚJO, Luiz Alberto David; COSTA FILHO, Waldir Macieira da. *O Estatuto da Pessoa com Deficiência-EPCD (Lei 13.146, de 06.07.2015): algumas novidades*.

ASSISTÊNCIA SOCIAL. CREAS Juiz de Fora MG: endereço e atendimento. Disponível em: <https://www.assistenciasocial.org/creas-juiz-de-fora-mg-endereco-e-atendimento/>. Acesso em: 12 jan. 2025.

BEHRING, Elaine Rossetti. *A Seguridade Social na Periferia do Capitalismo: Elementos para uma Análise Crítica da Reforma da Previdência no Brasil*. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 54, p. 63-80, 1997.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. *Política Social no Capitalismo: Tendências Contemporâneas*. São Paulo: Cortez, 2008.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. *Política social: fundamentos e história*. São Paulo: Cortez, 2011.

BIROLI, Flávia. *Família: novos conceitos*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2014.

BRASIL. *Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993*. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, 1993. Disponível em: [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=547594](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=547594). Acesso em: 14 abr. 2024.

BRASIL. *Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014*. Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 1 ago. 2014. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l13019.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13019.htm). Acesso em: 11 dez. 2024.

BRASIL. *Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009*. Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil,

Brasília, 2009.

CAMPOS, M. S. MIOTO, R. C. T. Política de Assistência Social e a posição da família na política social brasileira. *Ser Social*, Brasília, n. 12, p. 165-190, jan./jun. 2003.

COUTO, B. R. *O Sistema Único de Assistência Social: uma nova forma de gestão da Assistência Social*. Brasília: ENAP, 2007.

DESSEN, M. A. Estudando a família em desenvolvimento: desafios conceituais e teóricos. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 30, n. esp., p. 202-219, 2010. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932010000500010>. Acesso em: 20 abr. 2024.

EXAME. NIS: o que é, quem tem direito e como consultar o Número de Inscrição Social. Disponível em:

<https://exame.com/invest/guia/nis-o-que-e-quem-tem-direito-e-como-consultar-o-numero-de-inscricao-social/>. Acesso em: 12 jan. 2025.

FEDERAL, Senado. *Estatuto da pessoa com deficiência*. Secretaria de Editoração e Publicações Coordenação de Edições Técnicas. Brasília: Senado Federal, 2015.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. *Política Nacional de Assistência Social PNAS/2004 - Acervo Social*. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/acervosocial/estante/politica-nacional-de...>

GONÇALVES, Taísa Grasiela Gomes Liduenha; MELETTI, Silvia Márcia Ferreira; DOS SANTOS, Natália Gomes. Nível instrucional de pessoas com deficiência no Brasil. *Crítica Educativa*, v. 1, n. 2, p. 24-39, 2015.

IAMAMOTO, M. V. *80 anos do Serviço Social no Brasil: a certeza na frente, a história na mão*. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 128, p. 13-38, jan./abr. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n128/0101-6628-sssoc-128-0013.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2024.

IAMAMOTO, M. V. *A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro*. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 120, p. 609-639, out./dez. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/j/sssoc/a/t7jmcDg9vPQG3bhmz3WTPCs/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 8 abr. 2024.

IMEPP. *Atendimento Socioassistencial*. 2023.

LAUZ, Gianni Vanessa Mayer; BORGES, Jeane Lessinger. Concepção de família por parte de crianças em situação de acolhimento institucional e por parte de profissionais. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 33, p. 852-867, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-98932013000400007>. Acesso em: 3 abr. 2024.

MARTINELLI, C. *O Serviço Social e as transformações do capitalismo: A prática profissional no contexto das políticas sociais*. São Paulo: Cortez, 1991.

MARTINELLI, C. *A ampliação do terceiro setor e a crítica à lógica neoliberal: o papel das ONGs na implementação de políticas sociais*. São Paulo: Cortez, 1999.

MARTINELLI, C. *Serviço Social e as transformações no capitalismo: a crise do Estado e as políticas públicas*. São Paulo: Cortez, 2004.

MEU CADASTRO ÚNICO. CRAS Juiz de Fora MG: agendamento do CadÚnico, endereço, e-mail e demais informações. Disponível em:

<https://meucadastrounico.com.br/cras-juiz-de-fora-mg-agendamento-do-cadunico-ender-e-mail-e-dema-is-informacoes/>. Acesso em: 12 jan. 2025.

MONTAÑO, Carlos. *Terceiro Setor e Questão Social: crítica ao padrão emergente de intervenção social*. São Paulo: Cortez, 2002.

MONTAÑO, Carlos. *A política social no Brasil: Os desafios da assistência social e o papel do terceiro setor*. São Paulo: Editora, 2008.

PAIM, P. *Estatuto da Pessoa com Deficiência: Lei Brasileira da Inclusão*. Brasília: Senado Federal, 2015.

PONTE, Gabriel Cavinato da. *A inclusão de pessoas com deficiência: do mercado de trabalho à lei de cotas*. 2017. 73 f. Monografia (Especialização) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – COGEAE PUC-SP, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/34238>. Acesso em: 14 abr. 2024.

PREFEITURA DE JUIZ DE FORA. CRAS por bairro - Rede de proteção social básica. Disponível em:

[https://www.pjf.mg.gov.br/secretarias/sas/rede\\_protecao/protecao\\_basica/cras/bairro/cr](https://www.pjf.mg.gov.br/secretarias/sas/rede_protecao/protecao_basica/cras/bairro/cr)

[as\\_bairro.php](#). Acesso em: 12 jan. 2025.

SERAFIM, Lia Sales. *A representação social do papel de gestores em organizações não governamentais*. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.

SILVA, Diego Tabosa da; BARBOSA, Anália da Silva. Política Brasileira de Assistência Social e o Serviço Social: atuação profissional frente à consolidação e ampliação dos serviços. *Jornada Internacional de Políticas Públicas*, 2015, São Luís. Anais... São Luís: UFMA, 2015. Disponível em: <https://www.joinpp.ufma.br>.

SOARES, Laura Tavares. *Estado e política social no capitalismo contemporâneo*. São Paulo: Cortez, 2000.

SOARES, Luiz Carlos. *O Estado de mal-estar social: Crise e perspectivas das políticas públicas no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2000.

TORRES, Abigail Silvestre; FERREIRA, Stela da Silva. Trabalho profissional: responsabilidade de proteção nos serviços socioassistenciais. *O Social em Questão*, Rio de Janeiro: PUC-RJ, v. XXII, n. 45, p. 279-302, set./dez. 2019.

YAZBEK, Maria Carmelita. Os fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade. In: Conselho Federal de Serviço Social; Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

YAZBEK, Maria Carmelita. "Entrevista à revista Temporalis - Profa. Dra. Maria Carmelita Yazbek". *Revista Temporalis*, Os fundamentos do Serviço Social e o enfrentamento ao conservadorismo. *Revista Libertas*. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/download/31122/20873>.



Juiz de Fora 25 de outubro de 2023

Prezado Senhor Presidente Luiz Fernando Friesz,

Assunto: Solicitação de Uso de Dados para TCC

Escrevo esta carta na qualidade de estagiária de Serviço Social da instituição IMEPP, a fim de solicitar autorização para utilizar dados dos usuários da instituição para a minha pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). O meu trabalho tem como tema "O Perfil da família atendida no serviço socioassistencial à pessoa com deficiência no IMEPP" e, para desenvolvê-lo de maneira eficaz, é fundamental o acesso aos dados dos usuários.

Os dados dos usuários serão usados estritamente para os propósitos do meu TCC, seguindo todas as normas de confidencialidade e proteção de informações pessoais. Além disso, garanto que os dados não serão compartilhados com terceiros e que todas as medidas de segurança necessárias serão tomadas.

Solicito autorização para o uso desses dados pelo período necessário à realização do meu TCC e comprometo-me a respeitar os prazos estabelecidos para a coleta e análise dos dados, bem como a sua eliminação após a conclusão do projeto.

Agradeço antecipadamente pela atenção e aguardo ansiosamente pela sua resposta.

Atenciosamente,

*Eni Maria Dutra de Souza*  
Eni Maria Dutra de Souza

*Luiz Fernando Friesz*  
Luiz Fernando Friesz  
PRESIDENTE DO IMEPP

*Ana Paula Soares Borges*  
Ana Paula Soares Borges  
Assistente Social  
CRESS Nº 4700-6ª Região-MG

## Termo de Compromisso de Utilização de Dados de Usuários


Eu, Eni Maria Dutra de Souza, discente da Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF, no âmbito do projeto de pesquisa documental intitulado provisoriamente "O Perfil da Família Atendida no Serviço Socioassistencial à Pessoa com Deficiência do IMEPP", solicito autorização para acessar e utilizar os dados dos usuários, comprometendo-me a utilizar esses dados exclusivamente para a pesquisa relacionada ao meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Também assumo a responsabilidade de não divulgar os dados coletados nem o banco de dados em sua totalidade ou em parte, a qualquer pessoa que não faça pesquisa.

Por fim, comprometo-me a cuidar, proteger e utilizar as informações apenas para atender aos objetivos estabelecidos nesta pesquisa. Qualquer outro uso de informações que requeira coleta será submetido à avaliação para uso do banco de dados mencionado.

Ressalto ainda que os dados coletados serão utilizados no contexto dos estudos para a conclusão do curso em Serviço Social na Universidade Federal de Juiz de Fora.

Local Juiz de Fora, data 28/ novembro 2023

*Do Acordo*  
  
Luiz Fernando Freesz  
PRESIDENTE DO IMEPP

Eni Maria Dutra de Souza

Assinatura do discente responsável

  
Ana Paula Soares Borges  
Assistente Social  
CRESS Nº 4700-6ª Região-MG